

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO” – UNESP

FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO – FAAC

NATHÁLIA SOUSA DOS SANTOS

**A DITADURA EM BAURU:
OS ANOS QUE DEVEM MESMO SER LEMBRADOS**

BAURU
2019

NATHÁLIA SOUSA DOS SANTOS

**A DITADURA EM BAURU:
OS ANOS QUE DEVEM MESMO SER LEMBRADOS**

Trabalho de conclusão de curso de Graduação em Jornalismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação do Departamento de Comunicação Social – DCSO, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, campus de Bauru, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientação: Prof. Ass. Maximiliano Martin Vicente.

BAURU
2019

NATHÁLIA SOUSA DOS SANTOS

**A DITADURA EM BAURU:
OS ANOS QUE DEVEM MESMO SER LEMBRADOS**

Trabalho de conclusão de curso de Graduação em Jornalismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação do Departamento de Comunicação Social – DCSO, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, campus de Bauru, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientação: Prof. Ass. Maximiliano Martin Vicente.

Bauru, 21 de novembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente

Profa. Dra. Angela Maria Grossi

Prof. Me. Juliano Ferreira de Sousa

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família, que me apoiou e me ajudou durante os anos em que estive estudando em Bauru, em especial à minha mãe, que nunca me desamparou. Aos meus amigos, que acabaram se tornando minha segunda família em Bauru, onde encontrei um ombro nos momentos tristes e um sorriso nos alegres.

Agradeço também à Unesp e aos docentes que travam uma luta diária e fazem com que a instituição e o curso de Jornalismo possuam excelência. Agradeço aos que se disponibilizaram a me ajudar com entrevistas ou demais informações para que esse trabalho se tornasse viável. Em especial, agradeço ao professor Fábio Negrão Figueira Pinto, um exemplo de altruísmo, que me concedeu uma entrevista antes de partir. Obrigada, de coração, Negrão, e saiba que a luta vai sim continuar! Obrigada também ao meu orientador, professor Maximiliano Martin Vicente, que foi um professor incrível com uma bondade enorme, durante as orientações e também nas aulas. Pessoas como você fazem a educação superior pública sobreviver.

RESUMO

A presente monografia tem por finalidade mostrar como se deu a repressão em Bauru durante o período do regime militar, notadamente pela atuação da Frente Anticomunista (FAC). Como procedimento de análise, o estudo se fundamentou na revisão bibliográfica sobre o período, assim como em entrevistas realizadas com os protagonistas dos eventos, que participaram das atividades de contestação do Regime Militar. Depois de realizar a contextualização do período no âmbito nacional e local, a monografia apresenta a movimentação da cidade de Bauru destacando o embate entre os diversos atores que apoiaram e combateram o autoritarismo do período militar. Como resultado obtido, se mostra a existência de uma resistência ativa na cidade de Bauru, porém ausente e oculta uma vez que as forças vivas da cidade fizeram questão de ocultar toda essa movimentação.

Palavras-chave: Ditadura em Bauru; Governo Militar; Repressão; Conservadorismo; Hipocrisia Social.

ABSTRACT

The purpose of this monograph is to show how the repression occurred in Bauru during the period of the military regime, notably by the action of the Anticommunist Front (FAC). As a procedure of analysis the study was based on the literature review about the period, as well as interviews with the protagonists of the events that led and participated in the activities of contestation of the Military Regime. After conducting the contextualization of the period at the national and local levels, the monograph presents the movement of the city of Bauru highlighting the clash between the various actors who supported and opposed the authoritarianism of the military period. As a result, there was an active resistance in the city of Bauru, however absent and hidden since the living forces of the city made a point of hiding all this movement.

Keywords: Bauru dictatorship; Military government; Repression; Conservatism; Social hypocrisy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 O CONTEXTO BRASILEIRO.....	12
2.1 O surgimento de uma nova organização	16
2.2 IPES/IBAD.....	18
2.3 A escolha do Legislativo em 1962.....	19
2.4 A propaganda é a alma do negócio	21
2.5 Estudantes, trabalhadores e classe média: o bloco popular de influência visado pela burguesia.....	23
2.6 Os militares enquanto poder de ação	26
2.7 O tombo de Jango.....	29
2.8 A divisão do bolo depois da tomada de poder	32
3 BAURU: TRAJETÓRIA HISTÓRICA.....	35
3.1 Os lados do poder local nas décadas de 1950, 1960 e 1970	40
3.2 O cenário bauruense pré-1964	42
3.3 O golpe de 1964 na cidade de Bauru.....	48
3.4 A ditadura e a “Sem Limites”	53
3.5 O desenvolvimentismo almejado	56
4 A REPRESSÃO E A INSURREIÇÃO NA SALA DE AULA.....	62
4.1 A FAC fora da faculdade	66
4.2 “Deus acima de todos”	68
4.3 O movimento estudantil e revolucionário	69
5 ESTUDO DO CASO MARA LÚCIA: O CARÁTER CONVENCIONAL E CONSERVADOR DE BAURU	76
6 CONCLUSÃO	83
REFERÊNCIAS.....	85
ANEXO	88

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Índia Caingangue com crianças da mesma etnia.....	35
Figura 2 - Índio Caingangue posando com arco e flecha.	36
Figura 3 - Trem de passageiros na estação central de Bauru.	37
Figura 4 - Rua Batista de Carvalho.	40
Figura 5 - Estação de triagem em Bauru.	45
Figura 6 - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Sagrado Coração de Jesus (FAFIL).....	47
Figura 7 - Luís Carlos Prestes em Bauru.....	52
Figura 8 - Diretas Já, reunião na Câmara Municipal de Bauru.....	55
Figura 9 - Avenida Nuno de Assis.....	57
Figura 10 - Construção do Parque Vitória Régia.....	59
Figura 11 – Gorila símbolo da FAC.....	64
Figura 12 - Passeata reivindicando o passe estudantil.....	70
Figura 13 - Passeata pelo passe estudantil em Bauru.....	71
Figura 14 - Fábio Negrão em manifestação estudantil e contra a visita do Coronel Figueiredo à Bauru.....	73
Figura 15 - Mara Lúcia Vieira.....	76
Figura 16 - Retrato falado do suspeito visto por Décio Venturini.....	77
Figura 17 - Imóvel onde Mara Lúcia foi encontrada.....	80

LISTA DE SIGLAS

ADEP – Ação Democrática Popular

ADP – Ação Democrática Parlamentar

AID – Agency for International Development

AP – Ação Popular

APEC – Análise e Perspectiva Econômica

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo

CONCLAP – Conselho Nacional das Classes Produtoras

CONSULTEC – Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas LTDA

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

ESG – Escola Superior de Guerra

FAC – Frente Anticomunista

FBE – Federação Bauruense Estudantina

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

ITE – Instituição Toledo de Ensino

JEC – Juventude Estudantil Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PC – Partido Comunista

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDC – Partido Democrata Cristão

PSD – Partido Social Democrático

PSP – Partido Social Progressista

PTB – Partido Trabalhista do Brasil

PTN – Partido Trabalhista Nacional

SNI – Serviço Nacional de Informações

UBES – União Brasileira de Estudantes Secundários

UDN – União Democrática Nacional

UNE – União Nacional dos Estudantes

1 INTRODUÇÃO

No início do ano de 2019, Jair Bolsonaro, atual presidente do Brasil, propôs às Forças Armadas que comemorassem os 55 anos do Golpe de 1964 nos quartéis. A medida foi proibida, no entanto, pela Justiça. Mesmo com o embargo às comemorações, o fato de que houve um projeto para tal, advinda do chefe do Executivo nacional, com o intuito de celebrar um regime ditatorial que perseguiu e vitimou centenas de pessoas e que essa proposta não foi questionada por uma parcela da população, apoiadora de Bolsonaro, faz com que pensemos se há, de fato, uma consciência popular sobre os episódios da ditadura e sobre direitos humanos.

O estudo se justifica pela necessidade de se realizar um trabalho específico sobre a resistência e repressão acontecidas em Bauru durante o regime militar autoritário instaurado com o golpe militar de 1964. Em uma pesquisa prévia pode-se constatar que o material acerca do período da ditadura em Bauru encontra-se, ainda hoje, de forma fragmentada em livros e trabalhos acadêmicos, em diferentes nichos de interesse, mas não se achou uma obra abrangente sobre a oposição da sociedade civil ao regime militar. Além disso, os jornais da época não apresentam os fatos de forma imparcial, cabendo nas notícias uma grande tendência ao lado do governo militar. Com isso, enxerga-se a necessidade de apresentar um panorama geral sobre o assunto com a análise de versões sobre o que, de fato, foi a ditadura em Bauru.

Já o material sobre o apoio ao golpe se encontra de maneira ampla nos meios de comunicação que circulavam na cidade, notadamente os jornais. Por meio deles, pode-se descobrir que Bauru foi uma cidade que tinha massivo apoio ao golpe, contando inclusive com uma marcha, organizada por grandes empresários, antes do fatídico dia 1 de abril de 1964, e que tinha como objetivo o pedido de uma intervenção militar para barrar a possibilidade de implantação de um regime comunista no Brasil.

A presente monografia tem por finalidade mostrar como se deu a repressão na cidade durante o período do regime militar, notadamente pela atuação da Frente Anticomunista (FAC). Como procedimento de análise, o estudo se fundamentou na revisão bibliográfica sobre o período, assim como em entrevistas realizadas com os personagens dos eventos que protagonizaram e participaram das atividades de contestação da ditadura.

Por conta do grande apoio local à ação militar, principalmente das elites, da mídia e dos políticos da cidade, a versão que se tornou hegemônica é a de que Bauru não teve grandes revoltas e que os movimentos contrários foram rapidamente abafados por meio da repressão, figurada pela Frente Anticomunista, a FAC “caçava” os comunistas e os encaminhava à detenção, além de também depredar sedes de movimentos estudantis e a sucursal de um jornal impresso.

Apesar dessa hegemonia, o trabalho constatou que a cidade Bauru teve um volume significativo de presos políticos, embora não haja mortes documentadas em decorrência da repressão da ditadura, o que chancela o discurso de que o regime não foi nocivo aos direitos humanos na cidade. No entanto, houve repressão aos moradores residentes na cidade e também aos que já não estavam mais em Bauru, mas foram perseguidos. Buscamos dar voz a esse lado e deslocar o viés de mão única que conta a história da ditadura em Bauru.

Para o desenvolvimento desta monografia, a pesquisa exploratória, com procedimentos de pesquisa bibliográfica torna-se o principal método para a obtenção dos dados. Com o acesso aos livros que descrevem o período, juntamente com trabalhos acadêmicos e páginas e arquivos da web. O outro procedimento utilizado foi a entrevista com obtenção de relatos. Assim, pretende-se construir, a partir de uma linearidade histórica, uma parte, geralmente, omitida pela imprensa, que divulgava as notícias tendenciosas, apoiando o governo da época da ditadura militar ou por conta da repressão deste, em que apareça o “lado mais fraco” desse período.

A monografia foi elaborada em seis capítulos. O primeiro corresponde à presente introdução e tem por finalidade principal expor a estrutura do trabalho, apresentando a finalidade e a metodologia utilizada. O capítulo dois se destina a contextualizar o período estudado destacando a forma como se construiu, via sociedade civil, a movimentação que resultaria no golpe de 1964. Um autor pareceu vital, motivo pelo qual é amplamente utilizado, para descrever esse processo: René Dreifuss. Ao abordar o golpe esse autor mostra que 1964 se configura como o resultado de uma estratégia bem-sucedida da “desestabilização” do regime populista de João Goulart pela ação de uma elite orgânica – formada por empresários, intelectuais e militares, representantes de interesses financeiros multinacionais e associados – exercendo seu poder de classe, todos eles organizados em associações destinadas a concretizar o golpe.

A maneira de apresentar o golpe inspirou a realização de algo semelhante em Bauru, o que se encontra no capítulo três. Apresenta-se a trajetória bauruense mostrando os diversos momentos em que a cidade experimentou movimentação social e política destacando, quase sempre, o protagonismo de uma elite que ofuscou a movimentação social, embora ela esteja presente no cotidiano da cidade como bem exemplifica o poeta Rodrigues de Abreu.

O quarto capítulo pode ser considerado o coração da monografia. A finalidade do mesmo se centra na descrição de como se processou a repressão na cidade de Bauru durante o regime militar. Para tanto, são utilizadas obras escritas e entrevistas de alguns dos personagens envolvidos em episódios que contestam a versão oficial de que a cidade viveu um momento de calma e aceitação do regime autoritário instaurado pelos militares. As vozes de quem se engajou e participou dessa movimentação tem lugar privilegiado no capítulo que mostra os embates travados na cidade entre os partidários e opositores do golpe.

O capítulo cinco merece uma reflexão mais detalhada. Uma indagação tornou-se inquietante. Como mostrar o conservadorismo da cidade e o envolvimento e favorecimento, nem sempre legal, de pessoas próximas do poder e imunes à ação da lei? A morte de Mara Lúcia se constitui numa triste realidade transformada em metáfora de como pode ser executado o encobrimento social mesmo diante de um crime inaceitável como foi o assassinato de uma criança. Ao mostrar esse episódio queremos exemplificar a hipocrisia social que persegue “fantasmas comunistas”, mas é incapaz de desvendar um crime de gênero praticado contra uma criança por envolver setores da elite da cidade.

Finalmente, na conclusão são apresentados alguns dos resultados obtidos no transcorrer da elaboração da monografia.

2. O CONTEXTO BRASILEIRO

As relações entre a política e o poder são tão antigas quanto a humanidade. São realmente raras as sociedades em que um líder político não tenha qualquer tipo de privilégio em relação à grande parte da população. Esse poder adquirido a partir da sujeição do povo às escolhas de uma liderança faz com que outros grupos de poder paralelos se infiltrem também na política, de forma direta ou indireta, a fim de obter os privilégios do controle social.

[...] desde a Antiguidade, ficou evidenciada a natureza da organização social, então existente, baseada no firme entrelaçamento dos fenômenos religioso, político, filosófico, econômico, militar e outros, constituindo-se assim numa unidade ideológica complexa, destinada a assegurar a ordem estabelecida, sobretudo o sistema de dominação e exploração do homem pelo homem. (SOARES, 1989, p. 2).

A partir do momento em que os grandes impérios perderam hegemonia e as relações políticas deixaram de ser simplesmente entre mandantes e submissos, surgiram articulações que disputavam o poder. Por vários países europeus, a tendência foi a formação de dois opostos. E então o delineamento de ideários nessa bipolaridade histórica tomou uma forma mais robusta a partir da união proletária, proposta por Marx e Engels, no século XIX (SOARES, 1989). Essa reivindicação foi absorvida junto ao pensamento mais liberal de administração pública, opondo-se ao conservadorismo, que não se propôs à ruptura da estrutura de exploração das massas, mantida até hoje.

O Brasil sempre foi um país de maioria pobre sujeita a uma minoria rica. No populismo político conseguiram encontrar a chave para que a massa ficasse disciplinada, com a falsa sensação de poder, representada através de um líder que escute suas demandas e as atenda. Demandas simples, cotidianas, pequenas coisas que aproximam o governante da realidade do povo.

Na década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, no Estado Novo, a industrialização do país passava por um momento de impulso, do qual surgiria uma nova classe de industriais, donos de empresas ou administradores do alto escalão de multinacionais ou estatais. No entanto, essa nova elite, representando a modernização pela qual passaria a economia e a produção brasileira, acatou os velhos preceitos presentes no pensamento da elite agrária, então dominadora do Brasil rural, café com leite, mandante na política para a defesa de seus interesses. O próprio Getúlio, gaúcho, representava uma quebra nos costumes do governo, enraizados no Sudeste.

Mas a elite, oriunda de um pensamento conservador, jamais se desvinculou do coronelismo, do “manda quem pode e obedece quem tem juízo”.

Outro fator determinante para a preparação de um cenário de conservadorismo no tocante à política foi a Segunda Guerra Mundial. Getúlio enviou para a luta, ao lado dos aliados, a Força Expedicionária Brasileira (FEB). Isso fez com que generais, insatisfeitos com o Estado Novo de Vargas, a quem reconheciam como neofascista, se aproximassem dos estadunidenses e de suas ideias, mais alinhadas com o pensamento liberal do que com o autoritário, com o intuito de, mais tarde, aplicá-los no cenário brasileiro.

Com essa aproximação entre Brasil e Estados Unidos, a influência norte-americana rapidamente manipulou o cenário político brasileiro. Surgiram reflexos nas articulações dos grupos políticos no Brasil fazendo-se acentuar a divisão entre os polos integralista e libertário. Luís Carlos Prestes, em 1935, tentou fazer uma revolução, mas não foi bem-sucedido e acabou abrindo espaço para uma maior repressão ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e demais partidos alinhados ao marxismo.

Com esse escopo, engendrou-se o famigerado 'Plano Cohen', ou seja, uma trama manipulada nos laboratórios do Exército, para gerar um clima de alarme e terror oficiais, com imaginárias e frequentes denúncias, acerca de atentados, ameaças e levantes, atribuídos aos comunistas, cujas lideranças, na verdade, se encontravam imobilizadas, nos cárceres. (SOARES, 1989, p. 21).

Getúlio Vargas instituiu uma série de medidas popular-trabalhistas que faziam com que sua figura fosse cada dia mais aclamada pelo povo, mas que desagradavam as elites, sempre acostumadas a não ceder à massa trabalhadora e passando a ver a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) como uma realidade de direitos constitucionais ao operariado. Medidas essas que fizeram com que as elites depusessem Getúlio Vargas, sob acusação de um regime ditatorial, para que o então Ministro de Guerra, Marechal Eurico Gaspar Dutra, fosse eleito e assumisse a presidência. Dutra falava a língua das elites e planejava um governo de ideias desenvolvimentistas, semelhantes às adotadas pelos países liberais, como os Estados Unidos. Chegou a criar a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e fundou a Escola Superior de Guerra (ESG). Mas é curioso o fato de que Eurico Gaspar Dutra fora eleito com o apoio de partidos diversos, de esquerda e de direita, como o Partido Trabalhista do Brasil (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD), além do apoio do próprio Getúlio.

Nas eleições estaduais de 1947, a elite viu o Partido Comunista (PC) ganhar força. Isso representaria uma ameaça aos ideais desenvolvimentistas e industriais da elite conservadora. Dutra, então, dissolveu o Partido Comunista e a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB). Medida que, por si só, já fez com que os sindicatos perdessem expressivo apoio e se enfraquecessem. Mas Dutra também interveio na atividade de mais de 400 sindicatos¹ ligados ao PC e planejou extinguir uma considerável parte do funcionalismo público.

Para as eleições presidenciais de 1950, Getúlio mudou seu discurso, mostrou-se mais aberto a negociações e adotou alguns pontos instituídos por Dutra para seu possível novo mandato. Seu objetivo era “agradar gregos e troianos”. Vargas também se mostrou mais aberto às ideias estadunidenses de desenvolvimentismo, embora, ao contrário de Dutra, não apoiasse os Estados Unidos na Guerra da Coreia. Essas mudanças deram certo e ele foi eleito com folga. Vargas também se mostrou mais aberto às ideias liberais de desenvolvimentismo, embora, ao contrário de Dutra, não apoiasse os Estados Unidos na Guerra da Coreia. Essas mudanças deram certo e ele foi eleito com relativa tranquilidade, derrotando as forças mais conservadoras.

Em 1954, mais de 80 oficiais de influência no Brasil à época assinaram um memorando de coronéis. O motivo: insatisfação com as medidas populistas adotadas por Vargas. Isso culminou na demissão do Ministro da Guerra, General Estillac Leal, e de João Goulart, militante político pelo Partido Trabalhista do Brasil e então Ministro do Trabalho. Começara uma pressão militar ao governo, com o apoio dos Estados Unidos e da extrema-direita com a União Democrática Nacional (UDN). Essa pressão teve seu ápice naquele mesmo ano, quando houve o golpe de Estado e o suicídio de Getúlio Vargas.

O conservadorismo da UDN acabou assumindo o poder após o suicídio de Getúlio Vargas, com a presidência temporária de Café Filho. No entanto, logo em 1955, houve uma nova eleição presidencial. E dessa vez o poder foi para as mãos da aliança entre PSD e PTB, com a figura de Juscelino Kubitschek na presidência e João Goulart na vice-presidência. Essa aliança visava o desenvolvimento nacional e deixava explícita sua opção pela política liberal. “[...] os partidos políticos brasileiros constituem manifestações oligárquicas, sob a direção, chefia e controle de

¹ DREIFUSS, René Armand. 1964: **A Conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

representantes das classes exploradoras, economicamente fortes e politicamente dominantes, que controlam o aparelho estatal” (SOARES, 1989, p. 8).

Kubitscheck, durante seu governo, cumpriu a promessa desenvolvimentista voltado às alianças entre o empresariado e o Estado. Além disso, Juscelino ordenou à ESG que se dedicasse à ameaça subversiva que poderia surgir dentro do país. Mesmo que a força política dos operários e camponeses não fosse reconhecida como legítima, sabia-se que havia uma articulação dessas classes. A nova ordem de alerta, de Juscelino à ESG, deu início a um crescimento da repressão promovida pelo Estado.

O governo de Juscelino Kubitschek chegou ao fim em 1961. Nesse momento, duas forças políticas se contrapunham no Brasil: a burguesia, articulada pelos líderes liberais de algumas estatais e de multinacionais, favorecidas durante o governo recém-acabado; e o proletariado, formado principalmente pela massa trabalhadora do operariado urbano.

Uma categoria que se viu fortalecida após a gestão de Kubitschek foi a classe média, que ganhava integrantes. Mas não tanto quanto a burguesia, que tivera seu poder elevado com o plano de desenvolvimento que em muito contribuía com os interesses oligárquicos. Esse favorecimento fez com que ganhassem força econômica e também política, a ponto de apoiar e obter êxito com o golpe militar e a queda de João Goulart, mais uma vez contra o populismo. Mas isso será explanado mais à frente.

O Brasil tinha, na década de 1960, uma significativa participação de empresas multinacionais na produção industrial, em sua grande maioria de matriz estadunidense. Essas companhias operavam principalmente em setores com pouca ou nenhuma concorrência, fazendo com que o mercado nacional tivesse certa carência da presença dessas empresas no país. Além disso, os grupos que as administravam eram conduzidos por bilionários de nacionalidade brasileira, estrangeira ou ambos, em alguns grupos. Ou seja, o capital dos Estados Unidos tinha grande expressividade no Brasil, sobretudo na atividade industrial.

As empresas multinacionais ditavam o ritmo da economia brasileira. Os Estados Unidos tornaram-se potência após a Segunda Guerra e os investimentos mundiais estadunidenses saltaram de 2% no início do século XX para quase 60 % na

década de 60², permitindo tal influência na economia e, conseqüentemente, na política de países onde tinham participação industrial. Também grandes empresas brasileiras, de grupos bilionários, tinham poder de influência e recursos suficientes para financiar o que se tornaria a articulação da tomada de poder. "[...] o capital transnacional apoiou-se não somente em seu poder econômico, mas também desenvolveu perícia organizacional e capacidade política próprias para influenciar as diretrizes políticas do Brasil" (DREIFUSS, 1981, p. 66).

2.1. O surgimento de uma nova organização

Os interesses multinacionais cresceram rápido no Brasil, graças à política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, e já figuravam uma força dominante na década de 1960. Os profissionais que comandavam as multinacionais em solo brasileiro, principalmente diretores e administradores de grupos, tinham poder político e de pressão governamental, que desenvolveram durante o governo de Juscelino e de Jânio e tentaram usar também contra o populismo de Jango.

Essa estrutura de poder em ascensão era comandada principalmente por homens altamente especializados que administravam grandes empresas multinacionais e estatais, denominados como tecno-empresários. "Esses tecno-empresários tornar-se-iam figuras centrais de reação burguesa contra o renascimento das forças populares do início da década de sessenta, assim como articuladores-chave de sua classe na luta pelo poder do Estado" (DREIFUSS, 1979, p. 73). Esses homens não eram oligopolistas, burgueses ou proprietários de grandes empresas, apenas atuavam nessas e almejavam a internacionalização da economia.

Em um paralelo muito próximo ao dos tecno-empresários caminhava um grupo de oficiais conservadores das Forças Armadas, que, depois da Segunda Guerra, adquiriram um ideal de modernização capitalista para a economia brasileira. A ideologia desses oficiais se confirmava pela afiliação a partidos como o Partido Democrata Cristão (PDC) e a UDN, assim como pela frequência na ESG e pelas viagens que faziam aos EUA para treinamentos. Dois nomes conhecidos desse grupo foram Orlando Geisel e Ernesto Geisel.

² DREIFUSS, René Armand. 1964: **A Conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

A ESG não só formava militares tecnicamente como também ideologicamente, pois agia sob forte influência dos Estados Unidos e incorporava ao cenário nacional o fanatismo anticomunista presente na Guerra Fria.

Dentre as companhias formadas por empresários que tiveram maior impacto social destacam-se a CONSULTEC, a APEC, o CONCLAP, o FIESP, o CIESP e a Promotion S.A.. A Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas LTDA, também conhecida como Companhia Sul-americana de Administração e Estudos Técnicos, (CONSULTEC) foi uma poderosa articulação política dos homens de negócios e funcionava como um braço direito para políticos e empresários, realizando atividade que iam "da consultoria dada a pedidos de empréstimos feitos ao BNDE por companhias multinacionais até a redação de discursos públicos, da preparação de projetos de lei, decretos e regulamentos até a obtenção de acordos comerciais" (DREIFUSS, 1981, p. 86). A Análise e Perspectiva Econômica (APEC) ligava funcionários públicos importantes aos empresários de acordo com os interesses corporativos. Conselho Nacional das Classes Produtoras (CONCLAP), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) eram responsáveis por fazer pressão política em defesa dos interesses das multinacionais. E a Promotion S.A. atuava na propaganda junto à população. Além disso, havia também a intervenção estadunidense, que pretendia abrir a economia brasileira aos interesses multinacionais. "Os empresários americanos, agindo juntamente com seu governo, tentavam influenciar e mobilizar a comunidade de empresários locais, bem como outros grupos ativos, ou potencialmente ativos, dentro do processo político brasileiro" (DREIFUSS, 1981, p. 100).

Em geral, a atuação dos partidos políticos burgueses se faz através dos chamados grupos de pressão (*lobby*), que se utilizam de todos os meios e facilidades, proporcionados pelo poder econômico, ou seja, corrupção, fraude, advocacia administrativa, manipulação de opinião pública (por intermédio dos meios de comunicação social, especialmente rádio e televisão, cujas grandes cadeias agem em conexão com as agências de notícias, com raio de ação internacional, a serviço do capitalismo), e outras práticas, além do emprego de violência, em associação com o crime organizado [...]. (SOARES, 1989, p. 8).

Assim como os partidos políticos adeptos ao neoliberalismo, essas organizações agiam em *lobby*, de modo a unir a política e os interesses da burguesia. Atuavam junto ao Estado a fim de promover a manutenção de privilégios do empresariado.

2.2. IPES/IBAD

Tratando-se da articulação para a tomada de poder, os dois nomes mais relevantes são o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Esses dois institutos, juntamente com a ESG, representaram o cerne da organização da elite, responsável pela queda de João Goulart.

IPES, IBAD e CONCLAP surgiram no final da administração de Juscelino Kubitschek, criados por insatisfeitos com o populismo e desenvolvimentismo que estavam “quebrando a economia”, e durante o governo de Jânio Quadros, apostando na esperança de uma administração moralista e capitalista. O complexo IPES/IBAD tornou-se uma espécie de partido da burguesia e também foi responsável por disseminar a ideia, entre as classes alta e intermediária e entre militares, de que o governo precisava ser derrubado, e conseguiram.

O poder econômico alcançado pelas multinacionais durante os governos de Juscelino Kubitschek e de Jânio Quadros não se refletia no poder político desse bloco. Procuraram, então, reparar esse déficit para fazer frente a João Goulart, que não atendia às demandas burguesas em seu governo reformista. Essa articulação modernizante-conservadora se infiltrou na política e conseguiu a influência necessária da sociedade para minar o apoio popular ao governo.

O IBAD foi criado no fim da década de cinquenta e era um grupo de efetiva ação política, além da realizada por pressão empresarial, que buscava "compartilhar do governo político e moldar a opinião pública [...]. O IBAD influenciou e penetrou no legislativo e nos governos estaduais, interveio em assuntos eleitorais nacionais e regionais e apoiou alguns sindicatos em particular" (DREIFUSS, 1981, p. 102). Membros do CONCALP da American Chambers of Commerce e de outras associações da classe burguesa, além de membros da ESG, foram integrantes do IBAD, buscando de forma tortuosa defender a democracia contra o comunismo.

A articulação do IPES envolvia diversas camadas da sociedade que precisavam convergir no ponto desejado. Desde os políticos do Executivo e do Legislativo, que não poderiam aprovar demandas do governo, até os ruralistas, que deveriam ser convencidos a aceitar ideias modernizantes e, ao mesmo tempo, eram importantes financiadores das ações do IPES. Além disso, era preciso conciliar os interesses da oligarquia com os da classe média, que faziam volume crescente ao movimento contra o populismo. Quase como uma orquestra, o IPES foi uma

articulação extremamente bem planejada, por vários dos principais nomes do intelecto da direita brasileira, à época. O Instituto contava com profissionais do mais alto gabarito de administração e economia que as grandes empresas detinham, atuando em uma grande e complexa organização. Havia divisões em grupos de estudo e de ação no IPES como: Grupo de Levantamento da Conjuntura (GLC); Grupo de Assessoria Parlamentar (GAP); Grupo de Opinião Pública (GOP); Grupo de Publicações/Editorial (GPE); Grupo de Estudos e Doutrina (GED).

Alguns dos mais significativos grupos de estudo eram aqueles referentes à Remessa de Lucros, Reforma Tributária, Habitação Popular, Reforma Eleitoral, Inflação, Reforma Constitucional, Reforma Agrária e Planejamento, todos eles questões políticas polêmicas naquela época. (DREIFUSS, 1981, p. 238).

Com isso, percebe-se o caráter de uma organização que funcionava como um estado-maior da burguesia e a pretensão de modificar a sociedade em todos os setores, mas visando principalmente as questões econômicas e políticas, que influenciavam diretamente a elite, como a remessa de lucros e a reforma tributária.

2.3. A escolha do Legislativo em 1962

A primeira prova de poder do IPES veio em 1962, quando houve eleições para o Legislativo. O Instituto precisava de êxito colocando no poder pessoas que comungassem com seus ideais para barrar a administração de João Goulart. O complexo IPES/IBAD pretendia transformar a estrutura política a ponto de criar uma crise, onde só uma intervenção extra constitucional seria capaz de solucionar o problema.

Entrou em cena o principal aliado do complexo IPES/IBAD no Congresso, a Ação Democrática Parlamentar (ADP), formada por deputados e senadores de viés conservador e de diversos partidos, mas principalmente da UDN e do PSD, que se uniam a fim de defender a elite e interferir na formação da opinião pública. Eles agiam fazendo anteprojetos e contrapondo o governo, com críticas aos projetos propostos e nas votações. A ADP "contava com aproximadamente duzentos representantes em dezembro de 1962 (quase a metade da Câmara dos Deputados) [...]" (DREIFUSS, 1981, p. 320).

E as eleições do Legislativo de 1962 foram um marco que colocou em prova e conseguiu comprovar o poder da ADP, pois os eleitos legislariam durante o governo

de João Goulart, até 1965, e seriam responsáveis por uma série de medidas e entraves às reformas, que em muito ajudaram a afundar o governo até o golpe.

"Nas eleições de outubro de 1962, o complexo IPES/IBAD patrocinou candidatos, formulando os seus programas eleitorais em troca de assistência financeira" (DREIFUSS, 1981, p. 324). A Ação Democrática Popular (ADEP), ramificação da ADP, juntamente com o IBAD e o IPES, escolheu candidatos para patrocinar as respectivas campanhas, mas "os candidatos eram declaradamente compelidos a assinar um compromisso ideológico, através do qual eles prometiam sua lealdade ao IBAD acima da lealdade a seu partido e que os comprometia a lutar contra o comunismo e defender o investimento estrangeiro" (DREIFUSS, 1981, p. 324).

Outro tipo de apoio, tão valiosos quanto o financeiro, era o da igreja, em tempos nos quais um candidato poderia ver ruir sua candidatura caso fosse acusado de ateísmo. Nesse ponto, a Aliança Eleitoral da Família (ALEF), composta por católicos conservadores, analisava candidatos e escolhia um determinado número que seria merecedor do apoio católico. Além de também indicar nomes para o patrocínio financeiro promovido pelo IPES/IBAD/ADEP.

Numa articulação internacional, os Estados Unidos, principal país a ter multinacionais atuando em solo brasileiro, agiu com a Agência de Inteligência Central, ou Central Intelligence Agency, (CIA) através da Agency for International Development (AID), que seguia uma diretriz de intervenção na América Latina proposta pelo presidente Kennedy³. "[...] a AID se tornou um canal para o governo americano colocar grandes somas à disposição desses escolhidos atores políticos, somas estas que poderiam ser usadas para financiar 'projetos de impacto' que influenciassem a opinião pública" (DREIFUSS, 1981, p. 325).

A presença do IPES crescia no congresso e no final de 1962 praticamente controlava o Poder Legislativo nacional na Câmara dos Deputados e no Senado. "Assim, ele se encontrava em condições de coordenar os esforços do Legislativo em bloquear a ação executiva e parlamentar de João Goulart" (DREIFUSS, 1981, p. 191). Essa manipulação forçada por esse grupo de poder levaria o país a um impasse, que só poderia ser resolvido com a "heroica" e "moderadora" ação militar, intervindo pelo bem do país, quebrando esse entrave governamental e colocando o Brasil nos trilhos.

³ DREIFUSS, René Armand. 1964: **A Conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

As eleições ocorreram com 250 candidatos a deputado federal, 600 a deputado estadual, 8 a governos estaduais e tantos outros ao Senado, às prefeituras e câmaras municipais (DREIFUSS, 1981), financiados pela rede IPES/IBAD/ADEP/ADP/Promotion S.A.. Desses, a maioria pertencia a partidos conservadores, majoritariamente UDN e PSD. Mas houve consequências provenientes desse massivo financiamento com interesse de domínio da política nacional.

As enormes somas, jamais vistas, gastas pela rede IPES/IBAD/ADEP/Promotion S.A., pelo menos o equivalente a uns 12,5 milhões de dólares, possivelmente até vinte milhões, levantaram suspeita geral concernente à nacionalidade e aos objetivos políticos dessas contribuições e licitaram demandas de inquérito em suas atividades. [...] Uma Comissão Parlamentar de Inquérito [CPI] foi instaurada em 1963 para averiguar as atividades e fontes de fundos da rede IPES/IBAD/ADEP e investigar as alegadas irregularidades nas eleições de 1962. [...] De certa forma, desde o seu princípio, a CPI demonstrava irregularidades, pois pelo menos cinco de seus nove membros haviam sido beneficiários desses fundos secretos. Apesar de tais irregularidades, as investigações puderam revelar que o IBAD e suas linhas auxiliares haviam sido responsáveis por um processo de corrupção eleitoral. Entretanto, a CPI fracassou em estabelecer ligações entre o IBAD e o IPES por três motivos: por fontes financeiras comuns, pela participação de um mesmo membro nas duas organizações ou mesmo por ação conjunta. Em setembro de 1963, o Presidente João Goulart assinou um decreto suspendendo as atividades do IBAD e da ADEP por comportamento inconstitucional. [...] O comitê adotou as bandeiras políticas e ideológicas que o complexo IBAD/ADEP havia conduzido até o período da investigação. Um decreto de outubro de 1963 finalmente fechou os seus escritórios. De qualquer forma, por essa ocasião, grande parte de seus ativistas estavam integrados à rede do IPES. (DREIFUSS, 1981, p. 336).

Sendo assim, o IPES prosseguiu com suas atividades, não configurando um desastre tão grande a esse sistema, uma vez que a maioria dos membros do IBAD e da ADEP pertenciam também ao IPES. Em ação conjunta com os oficiais militares, o IPES fez, de 1962 a 1964, um verdadeiro *lobby* no congresso. O objetivo era controlar o avanço de um possível comunismo.

2.4. A propaganda é a alma do negócio

O grupo que cuidava da propaganda do IPES contava com profissionais que atuavam em jornais como *O Estado de S. Paulo* e o extinto *Jornal do Brasil* e com o apoio de importantes editoras, como a Saraiva. Além disso, o IPES promovia ações educativas, mascaradas como projetos sociais, para emanar sua doutrina. Produziam também material compatível com diversos segmentos sociais, a fim de atingir a maior quantidade possível de pessoas, enviando cartas, telegramas e fazendo ligações telefônicas, tudo para espalhar a mensagem modernizante-conservadora, anticomunista, antipopulista e antitrabalhista, contra o governo de Jango.

[...] o IPES conseguia uma posição de destaque na supervisão do que se publicava no país e, conseqüentemente, do que se lia e discutia. Provava ser uma eficaz forma de atingir intelectual e emocionalmente a população, muito mais ainda se se considerar a vasta rede de apoio estabelecido pelo complexo IPES/IBAD entre os mais importantes jornais e revistas, companhia de televisão e estações de rádios nacionais. (DREIFUSS, 1981, p. 196).

Os organizadores do IPES angariavam fundos para a manutenção do instituto através de doações de empresas ou pessoas físicas, inclusive estadunidenses, e, além do dinheiro, tinham serviços como de companhias aéreas e telefônicas à disposição. A ação desse grupo era caracterizada em duas frentes: "1) ação ideológica e social; e 2) ação político-militar" (DREIFUSS, 1981, p. 231). Em suas parcerias com diversas empresas de mídia do país, inclusive algumas das maiores, o IPES tinha por objetivo disseminar sua propaganda a todas as classes sociais. Não raramente, também disseminavam notícias falsas e ataques a políticos da oposição.

Entre as ações de propaganda do IPES, havia a produção de panfletos que eram distribuídos para a população, demonizando o comunismo. Um deles "O Gorila", distribuído para as Forças Armadas, explicava o que era o marxismo, mas logo em seguida haviam os seguintes trechos.

'Atrás da aparente beleza, estão os assassinos em massa, a abolição da dignidade, os campos de trabalho forçado, a rejeição de toda a noção de liberdade e fraternidade'. O comunista era descrito da seguinte forma: 'Ele é aparentemente inofensivo... nunca se trai, sempre trairá os outros. Ele fala de paz e amor fraternal'. 'Ele será o seu mais querido amigo, o mais sincero, o mais leal... até o dia em que ele o assassinará pelas costas, friamente... Eles matam frades, violam freiras, destroem igrejas.' (DREIFUSS, 1981, p. 236).

Principalmente no início da década de 1960 (em meados de 1962), o IPES e o IBAD tinham diversos programas de televisão, de abrangência nacional e regional, onde faziam debates, discussões, entrevistas e noticiários, todos voltados à ideologia do grupo com foco na democracia, colocada sempre em pauta, geralmente em formatos voltados à classe média. O grupo também tinha o poder de "acabar" com a fama de opositores que estavam em evidência, atacando-os e fazendo com que perdessem prestígio junto ao público.

Outro importante veículo foi o rádio, mais popular em um tempo onde a televisão ainda não tinha muita abrangência nos lares pobres e uma expressiva parcela da população era analfabeta. O patrocínio aos programas, assim como na TV, não era escancarado, no entanto, as produções de cunho anticomunista e de ataque ao Executivo contavam com auxílio do IPES.

Mais uma aposta midiática do IPES era o cinema. Produziam filmes exibidos em sessões de cinema e na televisão. Mas essas películas também eram levadas às periferias pobres, para atingir os operários que não tinham como pagar um ingresso de cinema. Eram exibidos filmes normais com o “bônus” de um curta do IPES. O CONCLAP e a organização Rearmamento Moral, sediada nos EUA, também forneceram filmes doutrinários às sessões do IPES/IBAD.

O bloco modernizante-conservador não era capaz de figurar unanimidade na opinião pública, mas demandava esforços, com algum retorno, na campanha opositora ao Executivo de João Goulart, principalmente entre a classe média. Além disso essas campanhas também foram direcionadas à população durante as eleições do Legislativo de 1962, visando o apoio popular ao grupo de políticos aliados ao IPES/IBAD.

O próprio Glycon de Paiva, um dos líderes do IPES, conta que as atividades desenvolvidas para a obtenção do poder não tinham muita ética.

[...] beiravam a ilegalidade [e] podiam ser resumidas como a preparação de civis para assegurar um clima político apropriado para a intervenção militar. Em sua opinião, a ação política tinha de ser sigilosa. Suas recomendações envolviam a ‘criação de um caos econômico e político, o fomento à insatisfação e profundo temor ao comunismo por patrões e empregados, o bloqueio de esforços da esquerda no Congresso, a organização de demonstrações de massa e comícios e até mesmo atos de terrorismo, se necessário.’ As áreas alvo para a doutrinação específica e pressão política direta eram os sindicatos, o movimento estudantil e a classe camponesa mobilizada, as camadas sociais intermediárias e a hierarquia da Igreja, o Legislativo e as Forças Armadas. (DREIFUSS, 1981, p. 230).

A partir disso, "o que ocorreu em abril de 1964 não foi um golpe militar conspirativo, mas sim o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD" (DREIFUSS, 1981, p. 230).

2.5. Estudantes, trabalhadores e classe média: o bloco popular de influência visado pela burguesia

A União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Ação Popular (AP), vertente da Juventude Universitária Católica (JUC), foram importantes órgãos de crítica e resistência ao golpe. Mas, rapidamente, o IPES fez uma certa contenção às ideias da UNE, que pretendia uma união entre operários, camponeses e estudantes. A burguesia atacou principalmente a UNE, mas também tentou conter a União Brasileira de Estudantes Secundários (UBES), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a JUC, e

a União Metropolitana de Estudantes (UME). Outro ponto estratégico foi o patrocínio do complexo IPES/IBAD a movimentos estudantis de direita, em universidades privadas, como a PUC e a Mackenzie, nos quais os próprios discentes confrontavam a ideologia da UNE e da UBES.

O IPES também agia oferecendo programas de estágio em parcerias com empresas, para levar o mundo empresarial dos negócios para dentro das universidades. Além dos estudantes universitários, o IPES fazia campanhas em escolas infantis de classe média, visando a influência dos pais pelos filhos.

Aos camponeses o IPES e principalmente o IBAD ofereciam assistências sociais, como a oferta de ferramentas, sementes e assistência médica. No entanto, o principal aliado para a doutrinação dessa classe foi o clero, presente em associações de trabalhadores do campo que contrapunham as associações que não usavam a igreja e eram mais alinhadas à esquerda.

Já na cidade, havia sempre o esforço para que conseguissem uma "contrapalavra" de tudo o que os sindicatos de esquerda pregavam, pretendendo uma demonização do comunismo. O clero também foi um aliado, com os Círculos Operários. Mais tarde, apoiada pelo IPES, a Confederação Brasileira dos Trabalhadores Cristãos (CBTC) foi criada, e cresceu tanto e tão rapidamente que foi fundida à Confederação dos Círculos Operários (CCO). Mais uma peça-chave na doutrinação dos trabalhadores foi o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que oferecia cursos a lideranças sindicais com o intuito de pregar o anticomunismo e realizar críticas ao Executivo de João Goulart. Os Estados Unidos eram usados como exemplo à classe trabalhadora, das benesses que o capitalismo podia proporcionar.

O complexo IPES/IBAD conseguiu ganhar tempo retardando o movimento trabalhista que apoiara João Goulart a fim de estabelecer o golpe antes da total mobilização e articulação da classe.

Em 13 de março de 1964 houve o Comício pelas Reformas de Base, que reuniu estudantes, o presidente e seu governo e simpatizantes. João Goulart, em seu discurso, anunciou as medidas de estatização de refinarias de petróleo e o primeiro passo para uma reforma agrária, começando com a desapropriação de "terras fronteiriças e próximas a rodovias, ferrovias, represas, açudes federais e áreas beneficiadas por serviços feitos pelo governo federal" (DREIFUSS, 1981, p. 290). Tal discurso agradou a UNE, já que essas medidas estavam entre as reivindicações do movimento estudantil, e fortaleceu a relação entre camponeses, operários e

estudantes. Um cenário de pesadelo para a elite. Não por coincidência, poucos dias depois o golpe ocorreu.

A classe média foi para o IPES um exemplo de sucesso de mobilização e também uma importante aliada. "[...] a mobilização das classes médias era sobretudo uma campanha ofensiva, projetada para acentuar o clima de inquietação e insegurança e dar a aparência de um apelo popular às Forças Armadas para uma intervenção militar" (DREIFUSS, 1981, p. 291). E isso era evidente, porque a presença da classe média na abrangência da base de apoio ao golpe enfraqueceu a luta populista e fortaleceu a da elite, uma vez que tinham o "povo" ao seu lado, clamando por uma intervenção, e não somente uma minoria de burgueses.

O IPES demorou um certo tempo, cerca de um ano, para aprender a lidar diretamente com a classe média, mas depois de acertada a fórmula, foi como achar uma mina de ouro. Principalmente por conta das mulheres dessa classe, que foram peças-chave no processo de tomada de poder.

A Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) foi um poderoso instrumento contra o governo de João Goulart, responsável por um protesto durante o discurso de Jango no Comício pelas Reformas de Base, dia 13 de março de 1964, pedindo que as mulheres não saíssem de casa e acendessem uma vela em suas janelas em protesto ao governo e pela fé cristã e organizou uma "marcha" que reuniu cerca de 1 milhão de pessoas no Rio, pedindo a suspensão da esquerda no país.

O auge dos esforços das associações femininas orientadas pelo IPES se deu seis dias depois, no dia de São José, o padroeiro da família, com a coordenação da 'Marcha da Família com Deus pela Liberdade', em São Paulo. Aproximadamente 500.000 pessoas compareceram para protestar contra o comício de João Goulart do dia 13 de março. (DREIFUSS, 1981, p. 297).

Ainda sobre o trecho acima, a marcha foi aderida em sua maioria pelas classes alta e média e contava com importantes empresários associados ao IPES e representantes de todos os municípios de São Paulo e também de outros estados⁴, alguns trazidos por grandes empresas aéreas e rodoviárias, cujos proprietários eram associados ao IPES. Essas marchas, a de São Paulo e de outras cidades que seguiram a tendência, foram talvez a deixa necessária para que as Forças Armadas colocassem em ação o golpe.

⁴ DREIFUSS, René Armand. 1964: **A Conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

O complexo IPES/IBAD não foi completamente eficaz em seu intento de domínio unânime ideológico e político do Brasil, mas conseguiu, no entanto, um importante avanço, pois, além da classe média, que já simpatizava com a ideologia pregada pelo complexo, aumentou a parcela da população contra o reformismo do Executivo e a favor do modernismo da elite revertendo, assim, parte do massivo apoio que o povo doava ao governo de João Goulart logo que ele assumira o cargo. Mas, ainda que atuasse em grupos-chave da sociedade, como os estudantes, camponeses e operários urbanos, não foi capaz de lançar lideranças expressivas de direita e barrar as fortes lideranças de esquerda dessas classes, mesmo concedendo grandes investimentos para tal objetivo. No entanto, a mobilização popular, mesmo não sofrendo total influência, teve suas atividades suspensas por motivos de força maior.

Ademais, o complexo IPES/IBAD não logrou êxito em impedir que a integração das várias forças da esquerda trabalhista dentro do movimento estudantil, da classe camponesa, das classes trabalhadoras industriais e de políticos nacional-reformistas chegassem a uma Frente de Mobilização Popular, cujas incipientes atividades foram abruptamente interrompidas pelo golpe de 31 de março de 1964. (DREIFUSS, 1981, p. 338).

Ainda assim, o IPES e o IBAD foram de extrema importância no preparo de um terreno polarizado para o golpe.

2.6. Os militares enquanto poder de ação

Era comum a presença de militares em reuniões sigilosas do IPES-São Paulo e do IPES-Rio. Eles forneciam avaliações políticas e estabeleciam comunicação entre o Instituto e os militares de todo o país. "Esses contatos se intensificaram pelo final de 1963" (DREIFUSS, 1981, p. 363).

Boa parte dos oficiais das Forças Armadas pertencia ao complexo IPES/IBAD/ADEP, além de ter uma grande quantidade deles formados pela ESG. Muitos já eram até reformados, mas tinham forte influência no meio militar. Alguns desses militares ocupavam posições-chave no Exército durante o governo de João Goulart, mas, mesmo assim, foram ativamente participantes da articulação e da tomada de poder em 1964.

Dentro da classe militar que atuava contra João Goulart havia três categorias: o grupo IPES/ESG, de militares formados na Escola Superior de Guerra que tinham vínculo com o IPES; o grupo dos extremistas de direita, civil-militares que buscavam a modernização e eram ativamente opositores ao comunismo e ao governo de esquerda, se expondo mais; e o grupo dos tradicionalistas, oficiais de direita que não

estudaram na ESG e tinham uma visão conservadora, mas não muito modernizante (DREIFUSS, 1981). Este último grupo foi de grande importância para a execução do golpe, já que se enquadravam nele comandantes de alto escalação do Exército, peças-chave para a tomada de poder.

Um dos principais nomes desse grupo tradicionalista é o do General Olympio Mourão Filho, que comandava o poderoso III Exército, localizado no Sul. A princípio, Mourão Filho se opunha ao grupamento IPES/IBAD/ESG, mas foi um importantíssimo aliado na tomada de poder, fazendo ligações entre membros-chave das Forças Armadas e civis da elite. Mais tarde, Mourão Filho foi transferido para o II Exército, localizado em São Paulo, cerne do movimento empresarial-militar.

Contatos importantes foram feitos a fim de angariar a maior quantidade possível de apoio contra o governo. No Rio, por exemplo, funcionavam redes de vizinhança que espalhavam entre as pessoas dos bairros e quarteirões onde moravam as ideias contra-Goulart. E em São Paulo, por exemplo, havia uma associação com clubes sociais e de futebol, para atingir as classes média e baixa.

Foram formadas, principalmente no Sul e no Sudeste, organizações paramilitares de jovens de classe média-alta e alta que pregavam contra o governo. Também, os empresários traziam armas dos Estados Unidos, como se fossem para uso militar, mas eram para uso civil, deles próprios e de proprietários rurais. A organização em meados de 1963 anunciava uma preparação para uma guerra civil. O lema da ESG “Segurança Nacional e Desenvolvimento”, quase um “Ordem e Progresso”, era aderido ao ideal civil em um cenário de acirramento.

Encontros realizados por empresários, políticos, estudantes e outros militantes civis de direita da elite paulista "serviram para estimular os ativistas militares do II Exército a continuarem com seus preparativos para um golpe contra João Goulart; eles se sentiram confiantes e fortalecidos pelo comprometimento dos civis" (DREIFUSS, 1981, p. 388).

Quase no final de junho [de 1963] o estado-maior civil-militar organizou um comício conhecido como Convenção do Pacaembu, realizado no dia 22. A convenção foi ostensivamente liderada pelo Movimento Sindical Democrático e pelo Movimento Democrático Estudantil, ambos patrocinados pelo IPES. Foi uma tentativa da elite orgânica de contrapor seu próprio bloco estudantil-trabalhador de direita ao crescente bom relacionamento entre as organizações estudantis nacional-reformistas e os sindicatos das classes trabalhadoras. Representantes dos Estados de Guanabara, Paraíba, Ceará, Bahia, Amazonas, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Paraná, Pará, Santa Catarina e São Paulo foram trazidos ao estádio do Pacaembu, 4.000 pessoas ao todo. [...] A convenção foi um marco significativo na campanha

do complexo IPES/IBAD contra João Goulart, as propostas nacionalistas e reformistas e a esquerda operária. (DREIFUSS, 1981, p. 388).

Os militares logo ficaram sabendo desse encontro e viram nessa mobilização o apoio popular que precisavam, já que ia além da elite que já os apoiava, e incluía agora trabalhadores, estudantes e a classe média.

Em agosto de 1963 o General Mourão Filho foi transferido novamente, mas dessa vez para o I Exército, em Minas Gerais, o que preocupou o complexo IPES/IBAD, uma vez que o general tinha a característica de atrair atenção e isso desviava o foco de outros militares que agiam em São Paulo, e também por ele passar a ter uma tropa maior em suas mãos, o que estragaria os planos do complexo caso Mourão Filho decidisse tomar alguma iniciativa precipitada.

Em janeiro de 1964 o General Olympio Mourão Filho estava de férias e o General Guedes assumiu seu lugar. Empresários do IPES se reuniram então em Minas Gerais, junto ao General Guedes, pedindo apoio para o golpe político-militar. Mas o general respondeu que não agiria sem que a população tivesse tomado as ruas pedindo por uma intervenção contra a ameaça da esquerda.

Os empresários então agiram junto à opinião pública e organizações conservadoras patrocinadas pelo IPES. Realizaram em fevereiro de 1964 a “Marcha do Terço”, que condenava políticos de esquerda e pedia intervenção militar. Mais tarde, em março, houve a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, também pedindo uma ação dos militares no governo de Jango.

"O clima político em Minas Gerais estava pronto para que fosse desencadeado um movimento militar contra o governo central. [...] Foi de Juiz de Fora que o General Mourão Filho lançou e precipitou o golpe de 31 de março de 1964" (DREIFUSS, 1981, p. 396). A intervenção estava em curso, mesmo com o IPES e a ESG sabendo que ainda não era o momento adequado para a ação. O General Olympio Mourão Filho, num jogo de poder e protagonismo, deu o primeiro passo. Tentaram refrear o golpe, mas já era tarde, pois os planos do IPES e da ESG não eram compartilhados pelo grupo conservador tradicionalista, que não comungava dos ideais modernizantes estadunidenses e se fazia mais proeminente no momento.

Costa e Silva, pertencente a esse grupo tradicionalista, logo tomou o Ministério da Guerra. Mas, mesmo nessa situação de poderio militar em evidência, o empresariado ainda detinha as rédeas.

[...] a elite orgânica do complexo IPES/IBAD conseguiu colocar-se na direção do Estado e ocupar os postos-chave da burocracia civil e da administração

tecnocrática, enquanto a ESG lentamente, mas com segurança, conseguiu suplantando um grande número de seus oponentes e, a longo prazo, controlar uma boa parte dos postos militares-chave bem como obter uma posição de supremacia no ensino e na doutrinação das Forças Armadas, onde sua ideologia de segurança e desenvolvimento passou a dominar. (DREIFUSS, 1981, p. 396).

Isso mostra que o que aconteceu no Brasil não foi uma arbitrariedade tão coincidentemente ocorrida e que os interesses que figuraram a tomada de poder iam muito além do protecionismo nacional a fim de impedir a instituição do comunismo no país.

2.7. O tombo de Jango

Após o mandato de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros foi estrategicamente escolhido para a candidatura à presidência nas eleições de 1960, numa tentativa de conciliar os simpatizantes ao populismo e os interesses modernizante-conservadores do bloco formado pela burguesia multinacional somado ao setor de agro-exportação.

O vice ideal para Jânio, segundo os interesses da direita, seria Milton Campos. No entanto, o candidato não agradou muito o povo em geral, que elegeu Jango, de uma coligação liderada pelo PTB, para o cargo de vice-presidente. João Goulart era tido como o "herdeiro político aparente de Getúlio Vargas" (DREIFUSS, 1981) e fora eleito por sua proposta distributiva e reformista, que favoreceria a grande massa. O candidato à presidência na chapa de João Goulart, Marechal Henrique Teixeira Lott, derrotado por Jânio Quadros, mostrava que o povo, desde o mandato do Marechal Eurico Gaspar Dutra, que assumira a presidência após a queda do Estado Novo, não se interessou, pelas três eleições seguintes, em ter um oficial militar à frente do país.

Logo após sua eleição, Jânio Quadros recebeu do CONCLAP um importante documento, 'Sugestões para uma política nacional de desenvolvimento'. O documento exigia a reafirmação do papel da empresa privada e do capital estrangeiro no planejamento do desenvolvimento, o controle da mobilização popular e da intervenção estatal na economia, a redefinição das funções do Estado, medidas contra a inflação e uma readequação da administração pública. (DREIFUSS, 1981, p. 126).

A formação do Executivo de Jânio também agradava a burguesia local, pois ele incluiu membros da CONSULTEC e da ESG em importantes cargos na administração pública e nas Forças Armadas.

Apesar de não ter sido apoiado pelo Partido Comunista, que sustentou a candidatura do Marechal Lott, Jânio tinha massiva aprovação popular. Mas, logo após assumir a presidência, começou a mostrar sua gestão, diferente do crescimento

distributivo que o povo esperava. Além disso, a herança do desenvolvimento acelerado de Kubitschek para as contas públicas foi um déficit. Os “50 anos em 5” não foram muito animadores para quem vinha em sucessão.

Um legado de problemas aguardava Jânio Quadros, incluindo a inflação que se tornava incontrolável, a estagnação agrária, dificuldades na balança de pagamentos, bem como a exaustão do mercado de consumo de bens duráveis que beneficiava a classe média alta. (DREIFUSS, 1981, p. 128).

Além disso, na sociedade civil, após a tentativa de Dutra de acabar com os sindicatos, no final da década de 50, estes voltaram a ganhar força e articulação política. Isso representava um caos para os ideais de Jânio, com a organização social e o descontrole financeiro. Jânio também precisou enfrentar disparidades dentro da própria chapa que o apoiou, já que partidos como o PSD e outros mais fracos, mas defensores da oligarquia, lhe cobravam ações de beneficiamento para essas classes, o que dificultou seu governo junto ao Congresso.

Em agosto de 1961, após sete meses de governo, Jânio Quadros renunciou à presidência, num jogo de populismo que ele acabou perdendo, pois a aposta de que não o deixariam abandonar o cargo ruiu e ele não recebeu o apoio da burguesia, dos militares, nem da classe média, tampouco das massas, que já recebiam João Goulart com uma certa esperança.

Com João Goulart assumindo a presidência, a elite multinacional, "que estava na iminência de perder sua posição econômica privilegiada, preparou-se para restringir as demandas populares e reprimir os interesses tradicionais pela imposição de meios extrapolíticos" (DREIFUSS, 1981, p. 130). Nascia aí um bloco civil-militar de articulação política para o beneficiamento da classe dominante.

Após a renúncia de Jânio em 1961, uma manobra militar malsucedida tentou impedir a posse de João Goulart, mas foi travada por "um bloco de poder popular, do qual participavam a burguesia industrial de porte médio, os setores agrários do Sul do país e políticos tradicionais que se opunham às demandas dos militares da ESG e aos interesses multinacionais e associados" (DREIFUSS, 1981, p. 130), pois visavam o mercado local de baixa renda. Só em 1963 João Goulart pôde governar em um regime presidencialista, sem depender do parlamentarismo adotado após a renúncia de Jânio Quadros e podendo colocar em prática sua política reformista.

João Goulart instituiu uma lei para impedir o envio maciço do capital multinacional, obtido em solo brasileiro, às matrizes internacionais. Isso fazia com que o lucro continuasse aqui e fosse reinvestido no país. Obviamente, essa medida

causou um enorme descontentamento na elite multinacional, que começavam a perder privilégios depois de gestões (Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros) que os beneficiaram. "Após o marcado período de atritos do Estado Novo, iniciava-se o primeiro confronto bem definido entre as classes trabalhadoras e o aparelho político das classes dominantes" (DREIFUSS, 1981, p. 135).

Uma espécie tímida de luta de classes começou em 1963, pois uma parte da população discordava do que acontecia no governo de João Goulart. Com a intensa migração de trabalhadores do campo para a cidade, havia uma crescente exploração de mão de obra a ser contida, e a classe trabalhadora buscava seus direitos. Só que isso deixou as classes média e alta ainda mais insatisfeitas, por conta das reivindicações trabalhistas. Mas, nesse cenário de acirramento, surgiu a oportunidade de bipolarizar ainda mais a sociedade. "Uma grande parte dessa agitação era formada por agentes provocadores de direita, agindo com o intuito de causar um confronto decisivo entre o governo e as forças populares" (DREIFUSS, 1981, p. 141).

Alguns políticos opositores condenavam o governo por ter dado espaço à articulação e mobilização dos trabalhadores. A ESG pregava a ideia de que a intervenção militar seria a salvação para o país e, além disso, grande parte dos militares achava que o governo não agia corretamente segundo a constituição, justificando uma intervenção militar com aval das leis.

IPES, IBAD e ESG se uniram para proteger os interesses da burguesia, contra o populismo, a fim de destituir João Goulart. E defendiam a ideia de que o único "partido" capaz de "organizar" novamente o Brasil seriam as Forças Armadas.

O fato de muitos civis e militares considerarem o golpe apenas como uma efêmera intervenção das Forças Armadas nas atividades do governo e não como a tomada política da máquina do Estado assinalava a extraordinária capacidade do bloco multinacional e associado de articular frações e facções variadas acima de suas diferenças específicas, bem como acima e além de sua própria compreensão do processo. A intervenção militar assumia sua função ideológica de arbitragem numa sociedade apresentada como 'infestada' pelo 'caos e corrupção', de fato escondendo seu duplo significado: um de movimento de classe, estrategicamente preparado e cuidadosamente desenvolvido em direção a uma contenção das forças populares, e o outro de ser uma manobra política de uma fração dominante tentando subjugar as forças sócio-econômicas populistas e seu bloco dominante oligárquico. (DREIFUSS, 1981, p. 143).

Além do explanado acima, havia o fato do então governo vigente de Jango, não ter conseguido equilibrar os interesses populares e nacionais com os burgueses multinacionais. As classes dominantes se uniram para darem continuidade à sua dominância em um cenário de confronto de poder.

2.8. A divisão do bolo depois da tomada de poder

O IPES, no dia 2 de abril, após o golpe, começou a planejar quem apoiaria em uma concorrência à presidência no novo regime, pois não queriam um nome ligado aos principais governadores da época, Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros, e também não lhes agradava o nome de Marechal Dutra. Escolheram o General Castello Branco, que já era chefe do "estado-maior informal". A partir daí, as mídias e a classe média passaram a apoiar a candidatura do general. Na reunião após o golpe, organizada pelo IPES no Rio, foi salientada a atenção que deveriam continuar tendo, já que havia grupos que apoiaram a queda de Goulart, mas não tinham os ideais alinhados aos do IPES e da ESG, principalmente militares que já haviam ocupado cargos-chave.

Foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), uma espécie de agência de informações nacionais, que fora chefiada e recebera importante acervo do General Golbery, um dos líderes do IPES que deixou o Instituto, mas levou dados de mais de 400.000 brasileiros para as bases do SNI.

Alguns líderes do IPES também contribuíam com a repressão militar e policial durante o novo regime, fornecendo armas e dinheiro a essas forças.

Além disso, o IPES também exportou suas técnicas aos países vizinhos. Como o Chile em 1970, quando o Instituto forneceu apoio financeiro e assessoria para a queda de Salvador Allende, de tendência socialista, que havia ganho as eleições. Mas uma ação com empresários, classe média e militares instaurou um golpe que derrubou Allende. Mais uma vez agindo em um país vizinho, líderes do IPES também atuaram na Bolívia, na queda de Juan Torres, em 1971.

Após o golpe de 1964, o Ato Institucional nº2 dissolveu os partidos políticos existentes. Com a caça aos comunistas proposta pelos EUA. A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) surgiu como um derivado da ADP e tornou-se o partido oficial do governo, sendo o MDB a "oposição" no bipartidarismo. O Brasil voltaria a ser pluripartidário apenas em 1979, abrindo espaço, inclusive, aos partidos comunistas. Mas, até lá, foram 15 anos de uma dura repressão, intensificada a partir do Ato Institucional nº 5, em 1968.

Aqui, foram então vítimas de perseguições políticas, pós-1964, a saber: 1261 militares, 500 legisladores, 300 professores e 50 chefes do Poder Executivo (incluindo o presidente da República João Goulart, deposto, assim como governadores e prefeitos), dois ex-presidentes da República, muitos profissionais liberais, intelectuais e operários. (SOARES, 1989, p. 25).

O grupo IPES/ESG não conseguiu conter a articulação da direita reacionária dentro do exército, o que culminou com a candidatura e vitória do General Costa e Silva à presidência, após Castello Branco. Em contrapartida, alguns membros do IPES estiveram ativamente no Judiciário e no Executivo do governo militar, principalmente em assuntos econômicos, bancos e prestando assessorias.

Líderes de movimentos trabalhistas alinhados à direita e que participaram de campanhas ideológicas do IPES/IBAD também foram favorecidos com cargos-chave no novo regime. Além disso, os sindicatos, principalmente os grandes, foram muito reduzidos, enfraquecendo quaisquer mobilizações e reivindicações. "A legislação governamental proibiu, expressamente, as greves políticas e de solidariedade e tornou até as greves econômicas extremamente difíceis" (DREIFUSS, 1981, p. 439).

Com as medidas tomadas pelo novo regime no campo do trabalho, os operários não ficavam muito tempo em um mesmo serviço, sendo sempre demitidos e recontratados e perdendo auxílios. Ruim para os trabalhadores e bom para os empresários. Quanto à educação, o General Costa e Silva extinguiu a UNE, e havia um favorecimento aos estudantes mais alinhados à direita.

A educação superior era relativamente favorecida em oposição à educação popular, revelando a preocupação com a mão-de-obra (*sic*) mais qualificada para os escalões mais altos da administração e da indústria. A Constituição de 1967 incentivou as escolas particulares em detrimento das universidades públicas e gratuitas. (DREIFUSS, 1981, p. 442).

Outra mudança significativa do novo regime foi quanto aos transportes, já que o transporte rodoviário cresceu exponencialmente em detrimento à queda do ferroviário e do marítimo. Já no tocante à habitação, foi criado o Banco Nacional da Habitação (BNH), com o intuito de movimentar o mercado da construção civil e fornecer moradias populares às famílias de baixa renda, mas acabou servindo mais à construção de casas para a classe média. Quanto à saúde pública, mais uma vez a população mais pobre sofreu os maiores impactos.

Foram interrompidos os planos para a nacionalização das corporações farmacêuticas (muitas delas contribuintes do IPES), a socialização da medicina, as investigações sobre suas práticas tecnocientíficas, econômicas e sobre a qualidade de seus produtos. Recursos mínimos foram alocados para a saúde pública nos orçamentos do governo. (DREIFUSS 1981, p. 444).

Em contrapartida, a Eletrobras, que foi fundada em 1962, no governo de João Goulart, começou a funcionar apenas durante a ditadura.

No entanto, era perceptível o caráter de exclusão dos interesses da classe mais baixa na política. O que não interessava ao IPES e não tinha relevância econômica não tinha espaço nas pautas do governo. Mas, apesar do poderio dos empresários do IPES, a autoridade estava de fato na mão dos militares e isso por vezes ficava evidente.

[...] o sistema brasileiro enveredou por uma ditadura declarada, consolidada pelo Ato Institucional nº 5, de 1968. Apesar de o Ato ter sido esboçado e implementado pelo líder do IPES e Ministro da Justiça Luiz Antônio Gama e Silva, o que ocorreu durante a presidência do Marechal Costa e Silva, o IPES, apesar de ainda integrar a administração, parecia ter perdido sua hegemonia. Entretanto, os ativistas do complexo IPES/IBAD conseguiram restabelecer sua predominância no governo do Presidente Geisel. (DREIFUSS, 1981, p. 454).

A tomada de poder planejada pelo IPES foi vitoriosa, mas, após essa tomada, houve choques de ideais e a administração não teve todo o desenvolvimentismo capitalista liberalista pensado pelo IPES, já que muitos militares tradicionalistas não compartilhavam desses ideais. "[...] o golpe de abril de 1964 desdobrou-se numa transformação do Estado: o programa do IPES trazia em seu bojo uma regeneração capitalista" (DREIFUSS, 1981, p. 455). Por conta disso René Armand Dreifuss considera que a ação da oligarquia nacional não caracteriza os ocorridos como um simples golpe militar, uma decisão heroica sendo o último recurso restante. A força de ação veio dos militares, mas a cabeça dessa ação foram os capitalistas liberalistas.

E esse movimento organizativo advindo da elite para expurgar o populismo do poder, concomitantemente com a ação da classe média, fazendo-se a “voz do povo” se irradiou pelas camadas mais baixas da estrutura do Estado, chegando aos lugares mais conservadores, onde a ação teve total apoio e se fortaleceu.

[...] é difícil esperar que ocorram o fortalecimento e a democratização, isoladamente, das organizações partidárias brasileiras, sem que as demais instituições referidas - inclusive a superentidade, o Estado - também evoluam e mudem as suas feições, tradicionalmente autoritárias. (SOARES, 1989, p. 28).

O Brasil, principalmente fora dos grandes centros e no Sul e Sudeste, é, em grande parte, a manutenção de uma estrutura de sociedade reacionária, adversa a um pleno progresso, apegada às raízes coronelistas quando convém. Nesse caso, não é diferente com Bauru, município localizado no Centro-Oeste paulista. A seguir, veremos como a cidade e o regime instalado conviveram durante os anos de ditadura.

3. BAURU: TRAJETÓRIA HISTÓRICA

A ocupação de Bauru é de se comparar à do Velho Oeste estadunidense, com lutas violentas entre os índios de tradição guerreira, Caingangues (Kaingangs), que habitavam a região, e os brancos que chegavam ao local com o intuito de estabelecerem moradia e cultivarem as terras. Os brancos saíram vitoriosos nessa disputa que perdurou durante anos. Hoje, na região de Bauru, não há mais a presença de índios Caingangues, etnia quase extinta. A cidade mais próxima em que há uma tribo indígena é Avaí, com os Terena e os Guarani Kaiowá. No estado de São Paulo só há Caingangues, em terras reconhecidas pela Fundação Nacional do Índio (Funai), em Tupã e Baúna. Esse massacre indígena mostra por si o nascimento de uma cidade calcada num pensamento de desbravamento, algo que ficou cunhado na expressão “sem limites”.

Figura 1 - Índia Caingangue com crianças da mesma etnia, 1910.



FONTE: Museu Ferroviário Regional de Bauru.

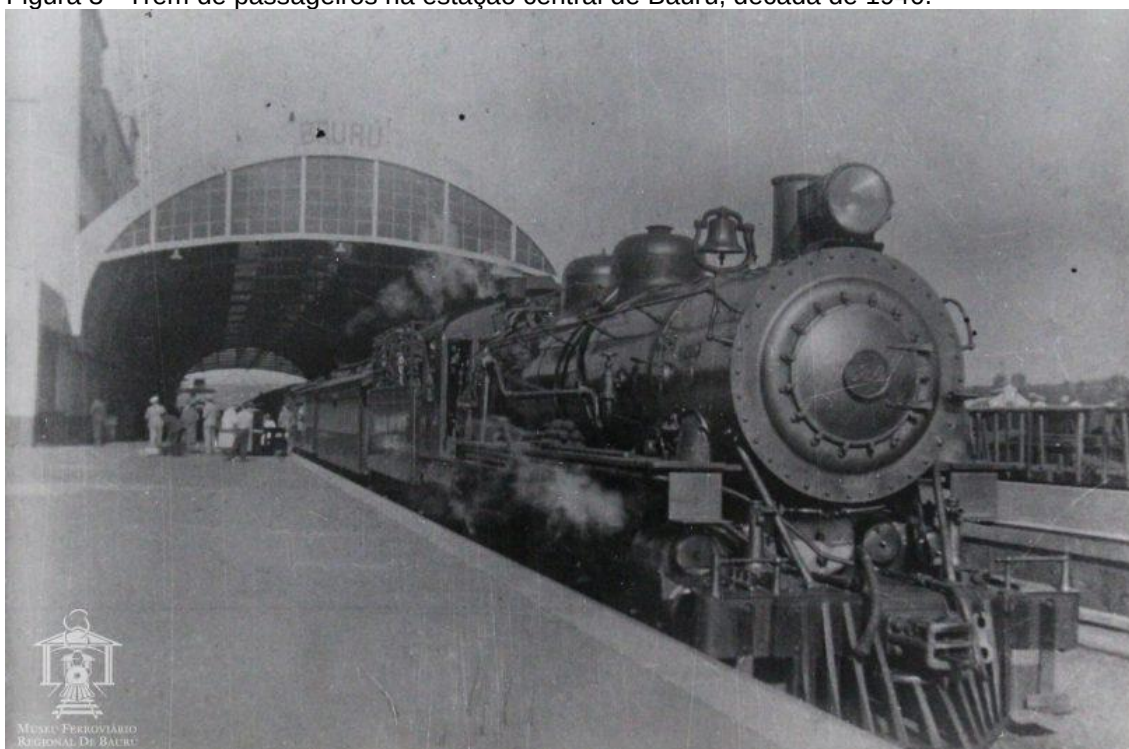
Figura 2 - Índio Caingangue posando com arco e flecha, 1910.



FONTE: Museu Ferroviário Regional de Bauru.

Bauru deixou de ser vila para se tornar município em 1º de agosto de 1896. A cidade nasceu praticamente junto com as ferrovias. Muito pequena, a princípio, Bauru era onde os funcionários da Estrada de Ferro Sorocabana e da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil moravam. Posteriormente também recebeu a Ferrovia Paulista, passando a ser um ponto estratégico da logística férrea do estado e do centro-sul do país. Esse entroncamento das ferrovias fez com que a cidade crescesse bastante e rapidamente, tornando-se a maior da região.

Figura 3 - Trem de passageiros na estação central de Bauru, década de 1940.



FONTE: Museu Ferroviário Regional de Bauru.

Conhecida como “Cidade Sem Limites”, slogan usado de 1940 a 1980, Bauru já teve outros slogans, como “Arraial da Boca do Sertão” de 1880 a 1890; “Sentinela Avançada do Sertão” de 1900 a 1910; “Metrópole Noroestina” de 1906 a 1925; “Capital da Terra Branca” de 1925 a 1940. Mas nenhum dos anteriores foi tão expressivo quanto o primeiro, mostrando o caráter expansionista a que os moradores desde sempre almejavam à cidade.

Bauru era (e é) uma cidade de predominância da classe média, embora a desigualdade existente possa ser observada a olho nu, basta sair do centro para as periferias para constatar essa realidade, aliás algo não muito diferente do que as demais cidades brasileiras. Essa classe média historicamente tem o controle de diversos setores da sociedade e flerta com ideais conservadores. Nas duas primeiras décadas do século XX que a cidade, na vanguarda, recebeu iluminação pública, em 1911; linha telefônica, em 1908; além de outros serviços, vistos hoje como básicos, marcando um rápido crescimento. Depois de um tempo, tornou-se sede de serviços públicos instalados aqui para atender a região, o que fez com que o funcionalismo público com cargos tradicionalmente da classe média, crescesse.

Consequentemente, o idealismo local foi construído em grande parte a partir do conservadorismo e do tradicionalismo, característicos da classe média. E seria

maior, não fosse Bauru a cidade das faculdades e das ferrovias, o que fornecia uma massa de estudantes e trabalhadores que não compactuavam com o pensamento dessa classe. O historiador Célio José Losnak explica o que isso representou numa cidade que tradicionalmente não tem uma forte presença agrária e nem industrial, marcando assim a presença de uma elite desenvolvimentista.

Como que uma característica da cidade, talvez até os anos 80. Hoje teria que se pensar nisso a partir do conceito de classe, mas há uma presença significativa de classe média. [...] Bauru, embora tivesse o setor agrário, se ele teve importância, talvez tenha ocorrido até os anos 20, período de produção cafeeira. E embora esse setor exista até hoje, ele não se constituiu numa característica econômica de peso. Do mesmo modo, a área industrial. [...] Bauru se caracterizou quando o setor terciário da economia, que abrange trabalhadores não especializados, que poderiam ser entendidos do contingente das classes populares. Mas se caracterizou por um comércio, do setor de serviços e principalmente da área pública, isso, eu acho que contribuiu para a consolidação de uma classe média, embora seja um conceito difícil. O conceito de classe aí tem viés econômico, mas tem um viés político-ideológico e ela é muito flexível qual a faixa dos segmentos sociais que compõem a classe média. É uma questão muito polêmica. Mas enfim, um segmento de trabalhadores; intelectuais; da área da educação; da área pública, dos servidores públicos; da área administrativa, da própria ferrovia, que havia uma clara distinção entre os trabalhadores do setor técnico, do setor de transporte em si, e o pessoal da área administrativa. Então, acho que foi se formando em Bauru um setor significativo de uma classe média urbana. Com o que caracteriza politicamente a classe média: é o conservadorismo. Então, embora houvesse segmentos populares e durante muito tempo, principalmente ligados à ferrovia, e que havia uma certa politização, mas talvez o que tenha predominado é essa classe média, que se caracteriza politicamente pelo conservadorismo, e talvez isso explique o conservadorismo da cidade de Bauru. (LOSNAK, 2019).

Gabriel Pelegrina e Luciano Pires são nomes de referência no estudo da história de Bauru, mantidos assim pelas elites, já que sempre retrataram a história da cidade de forma heroica, do lado do “conquistador”. Houve a constante ocultação dos fatos que “mancham” a história da cidade, por interesse dessa elite local, ufanista e ambiciosa que tenta esconder ou silenciar episódios que poderiam comprometer seu ideário de cidade.

O poeta Rodrigues de Abreu nasceu em Capivari, na região de Piracicaba, em 1897, mas morou em Bauru durante alguns anos, em meados de 1920, até sua morte precoce aos 30 anos de idade em 1927, causada por tuberculose. Em um de seus poemas, homônimo à cidade que escolheu para morar durante seus últimos dias, Rodrigues de Abreu fala sobre as contradições de um município de crescimento vertiginoso, mas, ao mesmo tempo, do interior. Esse poema, chamado Bauru, traduz a cidade nos anos 1920, em meio a contradições e costumes.

Moro na entrada do Brasil novo.

Bauru! nome-frisson, que acorda na alma da gente
ressonâncias de passos em marcha batida
para a conquista soturna do Desconhecido!

Acendi meu cigarro no toco de lenha deixado na estrada,
no meio da cinza ainda morna
do último bivaque dos Bandeirantes...

Cidade de espantos!
Carros de bois geram desastres com máquinas Ford!
Rolls-Royces encalham beijando a areia!
Casas de táboas mudáveis nas costas;
bungalows comodistas roubados da noite para o dia,
as avenidas paulistas...

Cidade de espantos!
Eu canto a estesia suave dos teus bairros chics,
as chispas e os ruídos do bairro industrial,
a febre do lucro que move os teus homens nas ruas do centro,
e a pecaminosa alegria dos teus bairros baixos...
Recebe o meu canto, cidade moderna!

Onde é que estão brasileiros ingênuos,
as úlceras feias de Bauru?
Vi homens fecundos que fazem reclamo da Raça!
E eu sei que há mulheres fidalgas que ateiam incêndios
na mata inflamável dos nossos desejos!
Mulheres fidalgas que já transplantaram
o Rio de Janeiro para este areal...

A Alegria buzina e atropela os trustes nas ruas
A cidade se fez a toques de sinos festivos,
a marchas vermelhas de música, ao riso estridente,
de Colombinas e de Arlequins.

Por isso, cidade moderna, a minha tristeza de tuberculoso,
contaminada da doença da tua alegria
morreu enforcada nos galhos sem folhas
das tuas raras árvores solitárias...
Eu já tomei cocaína em teus bairros baixos,
onde há Milonguitas de pálpebras murchas
e de olhos brilhantes!

Rua Batista de Carvalho!
O sol da manhã incendeia ferozmente
a gasolina que existe na alma dos homens.
Febre...Negócios...Cartórios, Fazendas...Café...
Mil forasteiros chegaram com os trens da manhã,
e vão, de passagem, tocados da pressa,
para o El-Dorado real da zona noroeste!

...Acendi meu cigarro no toco de lenha deixado ainda aceso
na estrada, no meio da cinza
do último bivaque dos Bandeirantes...

E enquanto o fumo espirala, cerrando os meus olhos,
fatigados do assombro das tuas visões,
eu fico sonhando com o teu atordoante futuro,
Cidade de espantos! (Benedito Luís Rodrigues de Abreu)

Notadamente, havia a presença de uma elite e da pobreza, com bairros *chics* em contraponto aos bairros industriais. Além da classe média, a qual o próprio Rodrigues de Abreu pertencia. E, mesmo havendo a descrição de uma cidade não tão puritana, com “pecaminosa alegria” nos bairros baixos, a sociedade mantinha as aparências e o apego às tradições. Porém o poeta nos oferece pistas das contradições existentes na cidade e nos mostra a existência de um certo progresso recheado de antíteses. Apenas para ilustrar, observemos uma parte do poema: “Cidade de espantos! / Carros de bois geram desastres com máquinas Ford! / Rolls-Royces encalham beijando a areia! / Casas de táboas mudáveis nas costas; / bungalows comodistas roubados da noite para o dia, / as avenidas paulistas [...]”. Impossível imaginar, portanto, apenas uma cidade progressista. As divergências ficam ilustradas nitidamente nesses versos.

Figura 4 - Rua Batista de Carvalho, 1919.



FONTE: Prefeitura Municipal de Bauru; Ricardo Ursulino.

3.1. Os lados do poder local nas décadas de 1950, 1960 e 1970

No período delimitado neste tópico é possível afirmar que a imprensa promovia um favorecimento bipolar aos políticos de maior notoriedade à época. De um lado, o extinto Diário de Bauru propagandeava a figura de Nicola Avallone Jr., de outro, o também extinto Correio da Noroeste e, posteriormente, o Jornal da Cidade favoreciam

Alcides Franciscato. Os dois políticos protagonizaram durante os anos 1950, 1960 e 1970 um duelo pelo poder na cidade.

Durante as eleições de 1955 o prefeito era Nuno de Assis (PSP), político de grande prestígio na cidade, e os maiores concorrentes para assumir a prefeitura foram Nicola Avallone Jr. e Alcides Franciscato, sendo este último o apoiado por Nuno para sua sucessão. Nicola tinha o perfil mais populista, tal qual seu amigo Getúlio Vargas. Alcides, por outro lado, não era e nem defendia a política populista.

Mas, mesmo com o proeminente apoio de Nuno a Franciscato, Avallone Jr. venceu as eleições afiliado ao PTB e foi prefeito de Bauru de 1956 a 1959. Depois, deputado estadual, de 1959 a 1962 pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN); de 1963 a 1966 pelo PDC; e de 1967 a 1968 pela ARENA, quando teve seu mandato cassado pelo AI 5. Era o característico político das massas e fazia seu marketing pessoal nas ruas da cidade e através do Diário de Bauru.

Depois do mandato de Avallone Jr. na prefeitura, de 1956 a 1959, Flávio Zuiani quem assumiu o cargo, de março a dezembro de 1959. Em seguida, Irineu Bastos administrou a cidade de 1960 a 1963. Então, Nuno de Assis voltou ao poder, de 1964 a 1969. Nuno foi sucedido por Franciscato, de 1969 a 1973, que venceu justamente Avallone Jr. na disputa, que voltara a Bauru após seus mandatos como deputado estadual. Já no cenário do regime, ambos concorriam ao cargo afiliados à ARENA. Franciscato terminou seu mandato único na prefeitura, mas continuou sua carreira na política, pois foi deputado federal por três mandatos, de 1975 a 1987, concorrendo pela ARENA no primeiro e pelo PDS nos demais.

Com a vitória de Franciscato, o poder trocou de mãos na cidade e o prestígio de Avallone Jr., durante os anos 1950 e 1960, dava lugar ao prestígio de seu oponente, entre os anos de 60 e 80. Ambos buscavam o desenvolvimento de Bauru, seja pela já existente aspiração local em si ou, mais tarde, pela ideologia ditatorial desenvolvimentista.

Franciscato prezava pela imagem de seriedade e tentava mostrar-se como um homem modernizador e trabalhador em prol da cidade, contra os privilégios dos grupos poderosos e até usando recursos próprios na prefeitura.

Na imprensa propagandista, o Diário de Bauru, de Avallone Jr., perdeu certa força depois da criação do Jornal da Cidade, de Franciscato, em 1º de agosto de 1967. O periódico expressava maior simpatia à ditadura militar, assim como a Alcides Franciscato, afiliado à ARENA. Mas a propaganda política praticada pelo JC era um

pouco mais sutil que a praticada pelo concorrente DB. O JC foi criado pela elite, simpática à ARENA e oposta a Avallone Jr., e sua linha editorial misturava a tradição, no tocante à política, com a vanguarda, em se tratando da modernização da sociedade bauruense. Isso é visto até hoje, já que o JC ainda circula em sua versão impressa, que passou do formato standard para o berliner em 1º de agosto de 2019 e propagandeou a mudança falando sobre a tradição do jornal junto às novas tendências.

Curioso notar que a vida imita a arte em diversos aspectos. Em Romeu e Julieta, de Shakespeare, de modo geral, os jovens apaixonados são impedidos de ficarem juntos, porque suas famílias são rivais. Então, decidem se suicidar após um plano de fuga falhar. Hoje, a história real não se mostra catastrófica, mas, no mínimo, surpreendente, visto que Edu Avallone, sobrinho-neto de Nicola Avallone Jr., é casado com a neta de Alcides Franciscato, Fernanda Franciscato. Juntos, eles dirigem a Associação Sem Limites, que promove ações sociais à população, como campeonatos esportivos e distribuição de brinquedos a crianças carentes.

Nas eleições de 2018, Edu concorreu ao cargo de deputado federal pelo estado de São Paulo afiliado ao PRB (Partido Republicano Brasileiro), partido de centro-direita. Não foi eleito, mas tornou-se coordenador regional do PRB, escolhido para o cargo pelo presidente do partido no estado de São Paulo, Sergio Fontellas.

Bauru ainda é uma cidade de majoritária direita e isso se faz ver em eleições, como a presidencial de 2018, quando Jair Bolsonaro, candidato da extrema-direita, ganhou com folga no município. Esse caráter conservador teve protagonismo durante a ditadura, na época em que a cidade promovia uma “caça às bruxas” aos progressistas, muitos que nem sequer tinham ligações partidárias com a esquerda.

3.2. O cenário bauruense pré-1964

A vanguarda de Bauru não se limitou à infraestrutura. Já nas primeiras décadas do século XX, a cidade foi uma das que, por influência anarquista, implantou um método de educação revolucionário à época, as Escolas Modelo. E o responsável pela escola de Bauru era Joseph Jubert, um educador francês que fora perseguido, preso e torturado, por conta de seus ideais anarquistas e libertários.

Bauru, em 1918, 1919, teve um jornal chamado A Razão. Esse jornal era editado pelos anarquistas de Bauru. Esse jornal tem documentos históricos, por exemplo, os anarquistas de Bauru, já isso em 19, 18, não concordavam com a educação de Bauru, então eles montaram a Escola Moderna. Nessa Escola Moderna, eles trouxeram professores de São Paulo. Teve um tal de

[Alexandre] Cerchiai, que depois foi da Colônia Cecília, no Paraná, que foi a primeira experiência anarquista no Brasil, que não deu certo porque o tesoureiro fugiu com a *grana*. Quem escreveu esse livro foi Afonso Schmidt, um escritor de esquerda. Então, eles montaram uma escola. Por incrível que pareça, isso há 100 anos atrás, eles traziam para Bauru, para fazer palestra para os alunos da escola, Menotti del Picchia, traziam o Lima Barreto, traziam um pessoal de peso [...]. (PEDROSO JR., 2019)

Por conta da ferrovia e do fato de que os movimentos sociais tinham certa força na cidade, Bauru foi um polo difusor do comunismo durante as décadas de 1940, 1950 e 1960. Além da boa relação que os ferroviários tinham com a política de Getúlio Vargas, que chegou a visitar a cidade.

Houve, durante décadas, uma penetração de segmentos de esquerda, particularmente militantes do Partido Comunista, nos movimentos ferroviários [...], existiam membros do Partido Comunista ou simpatizantes do Partido Comunista que compunham a categoria ferroviária. Isso levava-os, em alguns momentos, tudo indica, direcionados pelo PC, anos do PC na cidade, a algumas manifestações políticas. Isso ocorreu ao longo do século 20, ou seja, em diversos segmentos ferroviários, não só da Noroeste, havia uma certa militância política. Talvez não fosse um grupo majoritário, provavelmente um grupo minoritário, mas ainda assim a categoria ferroviária era vista como um reduto de organização política e de presença de quadros da esquerda. (LOSNAK, 2019)

Bauru sempre foi palco de pluralidade e diversidade política, promovendo debates acerca da participação dos trabalhadores na sociedade. A elite conservadora ganhou força depois do golpe, no entanto, a repressão aos movimentos dos trabalhadores e aos grupos “perigosos” vinha de longa data, seja aos ferroviários, aos estudantes, às tecelãs, entre outras classes vistas com maus olhos por terem articulação e reivindicarem direitos. E isso contrapunha os jornais, que descreviam um povo “de bom comportamento e normalização”, com o intuito de atrair indústrias.

[...] Bauru teve em 51 uma tentativa de fazer uma convenção pela cultura e paz mundial e foi reprimida pela polícia. Prenderam um monte de gente e, por ironia do destino, quem foi na delegacia soltar todo mundo [...] foi o General Leônidas Cardoso, pai do Fernando Henrique Cardoso. (PEDROSO JR., 2019)

Já durante o governo de Juscelino Kubitschek havia um certo incentivo ao investimento local em rodovias, visto que o avanço seria caracterizado pelo uso do automóvel e não mais da locomotiva. O historiador Célio José Losnak (2019) lembra-se da primeira estrada asfaltada chegando a Bauru em 1959, já no fim do governo de Juscelino Kubitschek.

Durante o governo JK houve também um estímulo à classe média, com o crescimento acelerado, a abertura de novos postos de trabalho e o aumento do serviço público. O crescimento dessa classe teve grande importância nos episódios que viriam

a seguir na história da cidade, representando uma massa de interesses conservadores.

A população de Bauru já se mostrava bastante eufórica com as mudanças que a ditadura propunha. Em 29 de março de 1964 a elite bauruense se reuniu para organizar a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que seria realizada no dia cinco de abril, pedindo, justamente, uma intervenção militar no governo populista de João Goulart. Encabeçados por representantes do sindicato dos comerciários, dos bancários, dos gráficos, dos metalúrgicos e dos trabalhadores da indústria de cerveja e bebida (PEDROSO JR., 1979), os manifestantes apoiavam os militares. Avallone Jr., outrora amigo de Vargas, também apoiou a ação dos militares, mostrando um comportamento político à deriva do cenário. Avallone Jr. sempre construiu uma imagem populista, construindo uma boa relação com os trabalhadores. Chegou, durante o tempo em que foi deputado, a ir pessoalmente negociar reivindicações junto a Ermelino Matarazzo, grande industriário do estado de São Paulo, solidarizado com a luta das tecelãs de Bauru, que pediam melhores condições através de uma greve.

Como aponta Antonio Pedroso Jr. (1979), esse episódio de greve não foi isolado na história da cidade, mas foi um dos raros em que não houve repressão direta, a qual a cidade sempre se dispôs. Como no caso de Triagem, uma pequena estação da Ferrovia Paulista em Bauru, onde funcionários foram amarrados e coagidos por pedirem melhores condições de trabalho. Ou quando os funcionários, novamente da Paulista, entraram em greve por aumento salarial de 500 cruzeiros no salário que era de 750 cruzeiros, mas foram reprimidos por soldados armados a mando de Jayme Cintra, então inspetor-geral da ferrovia, em 1949. De volta à luta dos ferroviários, em 1962 foi a vez da Estrada de Ferro Sorocabana ser palco de uma greve protagonizada pelos funcionários da linha.

Figura 5 - Estação de triagem em Bauru, década de 1940.



FONTE: Museu Ferroviário Regional de Bauru.

Em 1963 houve uma greve na prefeitura de Bauru e, durante o ato, o então vereador Edson Bastos Gasparini foi preso, quando estava na delegacia, se solidarizando com os servidores detidos por conta da greve. Gasparini foi o único vereador contrário ao golpe militar que ocorreria no ano seguinte.

Antonio Pedroso, pai de Pedroso Jr., foi ferroviário e uma das lideranças dessa classe. Assim como outros ferroviários, tornou-se uma espécie de alvo quando o assunto era perseguição política. Todos dessa classe eram tidos como comunistas e perigosos para a ordem social. Inclusive os que não eram, caso de Nilson Costa, ligado à UDN, um partido ultraconservador, preso, assim que o golpe foi instituído, pois era presidente do Sindicato dos Ferroviários. O advogado e jornalista Zarcillo Barbosa explica que a perseguição aos ferroviários ocorria de forma quase naturalizada na cidade.

[...] em Bauru, a não ser certas pessoas já carimbadas como comunistas, o restante eram todos conservadores. Nós tínhamos aqui um grupo [...] chancelado como de comunistas. Então, uma vez eu disse no jornal, houve uma repressão aos comunistas em Bauru, porque saiu um boato de que no dia 7 de setembro, isso no tempo da Revolução, haveria então uma grande manifestação dos comunistas, no Brasil inteiro, e houve ordens que vieram de São Paulo, da Secretaria da Segurança Pública, para que a polícia prendesse preventivamente todos aqueles fichados como comunistas, e eu

botei isso no jornal. 'Vão prender aqui os suspeitos de sempre'. 'Suspeitos de sempre' é uma frase literária utilizada naquele filme Casablanca, onde houve um atentado contra os nazistas lá e o policial falou: 'prenda os suspeitos de sempre'. E nós tínhamos aqui também os suspeitos de sempre, que era o Gasparini, o Pedroso e outras pessoas mais aqui, Arcôncio, que eram ferroviários e fichados como comunistas. Então, qualquer coisa que havia, iam lá, iam buscar em casa. Eles já até ficavam preparados com a sua maletinha, [...] esperando a polícia, quando havia qualquer ameaça à conturbação da ordem. Porque sabiam que a polícia ia lá e iriam prender. Isso que acontecia em Bauru, certos heróis da resistência. Hoje, nós vemos aqui os filhos daqueles heróis da resistência, que estão aí também resistindo ao conservadorismo bolsonarista. (BARBOSA, 2019)

Outra classe que, antes da ditadura, já era visada pela segurança pública foi a dos camponeses. O bauruense Ivan Gibin era militante do movimento estudantil, mas também fora incumbido pelo movimento a auxiliar o líder camponês Jofre Correa Neto na invasão à fazenda Jacutinga, no município de Presidente Alves, que pertencia a J.J. Abdala, famoso por explorar os trabalhadores, sob a justificativa de que a fazenda era improdutiva. Jofre foi uma figura visada da Secretaria de Segurança Pública, sendo caçado por anos.

[...] o Jofre Correa Neto, que era líder das Ligas Camponesas, hoje seria o MST, a filha dele, que por ironia do destino chama Olga Benário, nasceu em Bauru, os caras com medo de internar a Jandira, mulher dele, no hospital para ter a criança, o Doutor Rodrigues Passos, que é mal lembrado em Bauru, foi fazer o parto dela no apartamento do Gasparini na [Rua] Primeiro de Agosto, no Edifício Abelha. Com medo que fosse para o hospital e alguém sacaneasse. (PEDROSO JR., 2019)

Os estudantes, que também eram alvo da perseguição política tinham certa força na cidade até a ditadura. Com a presença do movimento de secundaristas e também a presença da militância dos estudantes de graduação com a Instituição Toledo de Ensino (ITE), Fundação Educacional de Bauru (FEB), que posteriormente foi encampada pela Unesp, a Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo (USP) e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Sagrado Coração (FAFIL), atual Unisagrado. Após o golpe, no entanto, houve a dissolução da UNE e a militância passou a ser uma atividade subversiva, por conta da ideologia de esquerda, já que apoiavam medidas populares e reformistas.

Figura 6 - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Sagrado Coração de Jesus (FAFIL), na Avenida Rodrigues Alves, 1960.



FONTE: IBGE; Tibor Jablonsky e Maurício Coelho Vieira.

Por outro lado, havia também os estudantes que promoviam a repressão, como era o caso dos “discípulos” de Sílvio Marques Junior, professor de direito da ITE e criador da FAC (Frente Anticomunista), que surgiu em meados de 1963. Alguns alunos de Sílvio Marques faziam diversas ações violentas na cidade com o objetivo de “conter” o avanço do comunismo em Bauru. Algo que será melhor explanado adiante.

O Diário de Bauru mostrava seu viés de forma mais escrachada que o Jornal da Cidade, embora nenhum tivesse ideologia admitida, mostrando de modo objetivo e explícito ao leitor o posicionamento político adotado pela empresa, considerando-se, assim, imparciais, tal qual a maior parte da imprensa atual. O DB acompanhou e noticiou o golpe, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade e deu voz por cerca de dois anos a Sílvio Marques Jr., responsável por promover uma dura repressão contra pessoas, escolhidas, muitas vezes, sem critério certo nos anos da ditadura. Mas a partir de 1967 o DB silenciou-se acerca da ditadura, sem louvores ou oposições. O Jornal da Cidade, por sua vez, continuou a expressar defesa ao regime militar.

Algo semelhante aconteceu com o rádio. A primeira emissora da cidade foi a Bauru Rádio Clube, atual Jovem Pan, fundada em 1934 por João Simonetti, amigo de Nicola Avallone Jr. e Getúlio Vargas e militante do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Após o golpe, em 1968, a Bauru Rádio Clube já não pertencia mais a Simonetti. Esta emissora, juntamente com a Terra Branca, de Horácio Alves da Cunha, fazia

propaganda para Franciscato, enquanto a Auri Verde, comprada por Simonetti, preferia se isentar da interferência política.

Logo, percebe-se que o cenário da cidade, tal qual de grande parte do Brasil, seguia a tendência IPES/IBAD de promover propaganda para os políticos selecionados que serviriam aos interesses da direita e do empresariado. Essa mídia tendenciosa também fazia sua parte na promoção da ditadura para o convencimento social. Bauru tinha condições plenas para receber o regime militar, com o conservadorismo que nascera com a cidade e o ideal avacionista dos prefeitos que administraram a “Sem Limites”.

3.3. O golpe de 1964 na cidade de Bauru

O golpe foi a circunstância ideal a que os reacionários, que desde sempre estiveram em Bauru, esperavam para colocar em prática, e com o aval do governo, uma série de medidas atroz. Já no dia 2 de abril de 1964, uma reunião de ferroviários foi atacada com bombas de efeito moral. A reunião em questão era uma assembleia em solidariedade a João Goulart. Ali foram feitas as primeiras prisões dos líderes da Estrada de Ferro Noroeste, para evitar articulações.

Nilson Costa foi preso, acusado de comunismo, era ferroviário e deputado suplente, opositor de Nicola Avallone Jr. Por conta disso, o Diário de Bauru sempre o atacava, dando voz, inclusive a Sílvia Marques Jr., presidente da FAC (Frente Anticomunista), que o acusava de planejar uma greve entre os ferroviários.

Quando ocorreu o golpe, havia uma direção do sindicato, da Noroeste, ligado à Noroeste, que já era a Rede Ferroviária Federal, na verdade, e que tinha os membros do Partido Comunista. O presidente não era, o presidente era até ligado à UDN, o Nilson Costa, que era um jornalista e funcionário da Noroeste. Até foi preso uns dias. Mas, quando eu entrevistei, eles disseram que havia uma preocupação do partido em incentivar que algumas pessoas representativas, membros ou não, participassem da chapa e, portanto, participassem da diretoria. Então, a diretoria era heterogênea. Quando ocorreu o golpe, essa diretoria decide organizar uma manifestação, em apoio ao João Goulart, isso ocorreu em Bauru no dia primeiro. [...] eles convocaram uma manifestação e houve uma concentração de uma grande quantidade de ferroviários. Talvez alguns afinados às linhas de esquerda, outros não. E aí houve repressão, a polícia chegou, não lembro se foi polícia ou membros do exército, chegaram e soltaram bombas, e desbarataram a reunião. Foi aí que começaram as perseguições e as prisões dos militantes. E a partir disso ocorre uma desmobilização. (LOSNAK, 2019)

Há poucos relatos sobre a oposição à ditadura, porque a imprensa “escondia” esse tipo de notícia, mas sabe-se que em 1962 já existia a Frente Anticomunista (FAC)

em Bauru. Em um trecho do livro *Polifonia Urbana: imagens e representações*, é descrita a atividade da FAC e sua atuação na cidade:

A FAC tinha por preocupação central preparar ideologicamente o público contra o perigo comunista. Inúmeras práticas e posturas eram entendidas por eles como comunismo, por exemplo, o movimento social popular, organizado ou não, posições críticas ao catolicismo, teorias e práticas marxistas, pensamento independente às tradições conservadoras, grupos políticos ligados a João Goulart e ao 'trabalhismo' de Vargas. (LOSNAK, p. 247, 2004)

Sílvio Marque Jr. era professor da Faculdade de Direito na ITE e, como presidente da FAC, tinha seus alunos como “discípulos”, responsáveis por depredar a sucursal do jornal Última Hora e a Federação Bauruense Estudantina logo após o golpe. “A FAC recebeu o apoio do clero, da polícia, do Exército e das autoridades constituídas em geral” (LOSNAK, 2004, p. 284). Depois de Bauru, outros grupos como esse, de luta contra o comunismo, foram surgindo na região.

O ataque ao jornal Última Hora também representou uma mudança no modo como a política era retratada nos jornais, porque esse fato fez com que Avallone Jr. quisesse, aos poucos, desvincular sua imagem das páginas de jornal e o fez com a ajuda do jornalista Zarcillo Barbosa, que trabalhava no jornal Última Hora e contou em depoimento como ocorreu o episódio de depredação da redação do jornal.

O jornal Última Hora, fundado por Samuel Wainer, que foi um dos grandes editores que o Brasil já teve, surgiu como um instrumento político do trabalhismo no Brasil. PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, de Getúlio Vargas. Getúlio Vargas é que levantou fundos para que o jornal Última Hora pudesse ser fundado no Brasil, com as pretensões ainda de ser um jornal de circulação nacional. Realmente, foi o único jornal nacional, que teve uma circulação no Brasil inteiro. [...] E aqui em Bauru nós tínhamos uma grande sucursal desse jornal para cobrir o interior do estado de São Paulo, a grande parte do interior do estado de São Paulo, desde Botucatu até a barranca do Rio Paraná. Eu era o chefe de reportagem dessa sucursal, que era instalada ali na Rua Virgílio Malta, em frente a uma das portas da Lojas Americanas. E esse jornal era, portanto, um jornal progressista, que apoiava os trabalhadores, dava cobertura para as greves dos trabalhadores, dava cobertura para a formação dos sindicatos rurais. Era um jornal, portanto, pró-Jango Goulart, que era o presidente da época, que foi deposto pela ditadura militar. Então, com a implantação do regime ditatorial militar, o jornal começou a ser perseguido. E, aqui em Bauru, o professor Sílvio Marques Júnior convocou os seus garotos para que depredassem a sucursal do jornal Última Hora, aqui em Bauru. Como uma forma de combater, assim, o comunismo, que, apesar da ditadura militar implantada, ainda o jornal circulava e estaria sendo uma ameaça, ainda, para a vida democrática, entre parênteses (*sic*), aqui no nosso país. Uma bela noite, os jovens da Frente Anticomunista desembarcam de um caminhão, todos eles encapuzados, com armas na mão, machados e machadinhas, revólveres, desceram do caminhão. À noite só ficava um plantonista lá no jornal Última Hora e esse plantonista, naquela noite lá, quase dez horas da noite, era Laudze Menezes, um jornalista que já faleceu, e também estava lá o fotógrafo, um dos fotógrafos, que era o Celestino Distefano, que também já morreu. Essa tropa, então, desembarcou lá, jogaram um saco de aniagem na cabeça de cada um desses dois jornalistas, amarraram, prenderam no laboratório fotográfico e depredaram o jornal, as

máquinas, aqui nós só tínhamos redação. Então, depredaram o jornal. Deram machadada nas mesas, destruíram as máquinas de datilografia, que eram usadas na época, naquela época não havia computadores, e foram embora. A sucursal ficou, durante algum tempo, sem condições de fazer a cobertura que sempre fazia, do interior do estado de São Paulo, para mandar essas notícias para São Paulo onde lá jornal era impresso. (BARBOSA, 2019)

Sobre a ação policial para encontrar e punir os vândalos, Zarcillo Barbosa conta que acionou as forças de segurança pública, mas “a polícia levou umas três horas para aparecer e ninguém fez nada, ninguém se interessou, ninguém foi preso, nenhuma investigação foi feita, nem sequer um Inquérito Policial foi aberto” (BARBOSA, 2019). Tal fato corrobora a afirmação do professor Fábio Negrão de que “a polícia cancelava isso [as ações da FAC]. Se ligasse para o delegado, ele prendia você” (NEGRÃO, 2019).

Com o golpe, o jornalismo, então, assim como outros meios de comunicação ou manifestações artísticas, perdeu a liberdade de expressão no país. Em Bauru não foi diferente.

Nós tínhamos aqui em Bauru órgãos de repressão da ditadura, como o Delegacia de Ordem Política e Social, chamada de DOPS. Nós tínhamos aqui também a Operação Bandeirante que era órgão de repressão, investigação política, da Polícia Militar. Nós tínhamos também o Exército, porque nós tínhamos a 6ª CSN, que era uma circunscrição de alistamento militar aqui em Bauru, que também tinha o seu órgão de repressão política. Então nós vivíamos espremidos por esses três órgãos aí, que já faziam a censura prévia, falavam: ‘sobre determinado assunto, vocês não vão poder falar nada’. Já recebia na redação um telefonema do delegado de Ordem Política e Social. E existia também a Delegacia Federal, de Polícia Federal, e eles ligavam para a gente ou mandava um radiograma [...]. Recebíamos notícias, então, determinando que certos assuntos não deveriam ser mencionados pelo jornal. Isso era curioso, porque eles não queriam nem que nós divulgássemos aqui o número de doentes, de casos de paralisia infantil, por exemplo, que era muito comum naquela época. [...] Porque eles queriam passar a ideia de que, com o que eles chamavam de revolução democrática, a sociedade agora era perfeita. Naquela época não tinha dengue, não tinha paralisia infantil, não tinha sarampo, não tinha nada disso que os órgãos oficiais [não] queriam. Não tinha, entre aspas, porque os casos existiam, mas à imprensa não era permitido divulgar. (BARBOSA, 2019)

Além do “país perfeito” quanto à “inexistência” de doenças e epidemias, a ditadura também reprimia as publicações dos jornais a fim de que as ações da segurança pública não fossem expostas por seu caráter agressivo. “A gente não podia publicar, por exemplo, violências cometidas pela polícia, repressões a piquetes de grevistas, líderes sindicais que eram presos e passavam por torturas na cadeia” (BARBOSA, 2019).

Outro tipo de opressão se dava às manifestações artísticas. Fábio Negrão compunha o grupo de teatro da Fundação Educacional de Bauru, o Grupo Mamolengo

de Teatro, que fazia apresentações na faculdade e chegou a viajar para a Itália para se apresentar. Mas os estudantes precisavam levar as peças até o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Bauru para que autorizassem as apresentações. Negrão contou em depoimento que, quando possível, denunciavam a presença do DOPS nas peças. Mas o cerceamento da censura era algo com que precisavam lidar, tanto o teatro da faculdade, quanto outras peças que chegavam à cidade. Tanto a arte teatral quanto as demais.

Tal restrição ao desenvolvimento das artes no Brasil e repressão aos artistas, que sofriam prisões, torturas ou exílios, fez com que o país passasse a produzir menos material cultural, sofrendo uma aculturação também pela forte influência estadunidense com a popularização de meios de massa, como a televisão e o rádio, restando a indústria cultural como alternativa para a sobrevivência dos artistas (RIDENTI, 2010).

Após o golpe, a polícia também perseguia “militantes, estudantes e trabalhadores, comunistas ou não. O único vereador militante de esquerda da época, Edson Bastos Gasparini, foi perseguido pela polícia e cassado da Câmara” (LOSNAK, 2004, p. 248). A cassação aconteceu no dia 7 de abril de 1964, mas Edson conseguiu fugir antes de ser preso pelo regime. A justificativa para prender Gasparini dizia respeito a que as atividades subversivas do então vereador não eram compatíveis com o decoro da Câmara e ameaçavam a democracia. A Sra. Maria Guedes de Azevedo, de uma das mais célebres famílias de Bauru, compareceu à sessão de cassação de Gasparini com um manifesto assinado por mais de 150 senhoras da tradicional sociedade bauruense. Ex-ferroviário, presente nos movimentos sociais, Gasparini chegou a receber Luís Carlos Prestes em sua própria casa, em 1958.

Figura 7 – Uma das visitas de Luís Carlos Prestes a Bauru, movimento Diretas Já, 1984.



FONTE: Pedro Romualdo, acervo pessoal.

Um problema, além da repressão política e das prisões, nomes dos movimentos sociais eram segregados em vida pessoal e evitados por medo. Gasparini exemplifica um desses casos, do qual as pessoas se afastaram pelo medo de envolvimento com um expoente da luta contra o regime militar e possível perseguição.

Antonio Pedroso Jr., que sentiu na pele a perseguição promovida pela ditadura, pois é filho de Antonio Pedroso, que fora líder do movimento dos ferroviários em Bauru, conta em depoimento um caso que mostra o medo da sociedade bauruense de sofrerem algum tipo de acusação por envolvimento com qualquer tipo de movimento revolucionário ou de caráter comunista. Uma mulher bauruense o procurou para falar de um tio que teria ligação com a luta revolucionária, mas era um certo tabu em sua família, tradicional em Bauru.

[...] 'você fala muito sobre o pessoal de esquerda de Bauru e nunca falou sobre o meu tio'. 'Mas quem é o seu tio?' 'O Zinho'. [...] Zinho era o apelido familiar do Joaquim Câmara Ferreira, que era o braço direito do Carlos Marighella. 'Como que era o seu tio?' 'Meu pai sempre escondeu, nunca fez questão que eu soubesse que ele era o meu tio, a esposa dele era irmã da minha mãe'. E o pai dela era uma figura muito importante em Bauru, da área de saúde, Dr. Diltor Vladimir Opromolla, o fundador do Aymorés, Lauro de Souza Lima. Então ele tinha medo de falar que era cunhado do Joaquim Câmara Ferreira e ser perseguido. (PEDROSO JR., 2019)

Aos ferroviários e aos estudantes que se recusavam a assentir com as medidas tomadas pelo regime militar, cadeia, repressão ou os dois. O movimento das tecelãs, importante luta operária feminina, foi desmembrado na ditadura, quando depuseram as mulheres que ocupavam a articulação trabalhista da classe, sob acusação de influência comunista, e colocaram homens no lugar.

Enquanto isso, a elite, junto com a classe média reivindicava ação pública contra o temido comunismo. Presidentes dos sindicatos dos comerciários, bancários, gráficos, metalúrgicos e trabalhadores da indústria de cerveja e bebida de Bauru, os mesmos que encabeçaram a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, fizeram uma reclamação às autoridades exigindo medidas de combate ao comunismo. Foram feitas apreensões de livros de “propaganda comunista”, que eram encaminhados ao DOPS (Departamento de Ordem Política e Social).

Prender opositores ao governo, militantes de esquerda, também era visto como um ato de “limpeza” urbana. Essa caça ocorreria não raramente, visto que, graças à luta dos ferroviários, houve em Bauru uma forte presença do Partido Comunista durante décadas. Mas, nenhum acusado de comunismo, preso em Bauru na época do regime militar, foi condenado, por conta da falta de provas de que, de fato, atentavam contra a segurança nacional.

3.4. A ditadura e a “Sem Limites”

Havia, em Bauru e região, uma expressiva quantidade de pessoas envolvidas na resistência à ditadura. Além disso, tantos outros, que não nasceram em Bauru, mas viveram ou possuíam algum outro tipo de ligação com a cidade, tiveram destaque na luta contra o regime ditatorial. Antonio Pedroso Jr. aponta que os principais perseguidos em Bauru na ditadura foram operários, estudantes, pessoas ligadas à Igreja Católica e, principalmente, ferroviários. E além do já citado Joaquim Câmara Ferreira, que tinha ligações na cidade, há outros nomes de Bauru e região que lutaram contra o regime. Inclusive, Pedroso Jr. (2019) brinca que “Pirajuí aqui no estado de São Paulo é a cidade que mais forneceu guerrilheiro por metro quadrado”.

O ideólogo do movimento estudantil durante o ano de 68, José Roberto Arantes de Almeida, que foi morto na volta de Cuba, eu descobri, não faz muito tempo atrás, que ele era filho de um médico, ele nasceu em Pirajuí, aqui perto. [...] Estudou em Bauru, o pai dele era médico aqui em Bauru, no Adolfo Lutz, se eu não me engano, e ele estudou no instituto de educação, passou a adolescência dele em Bauru [...]. Outro, da ALN, Francisco de Oliveira, Francisco José de Oliveira, se não me falha a memória, de Cabralia Paulista. Tem uns caras conhecidos. O sargento Darcy Rodrigues, que é aqui

da região [...], foi o homem de confiança do Lamarca. Nós tivemos muita gente, muita gente aqui, que tem ligação com Bauru. (PEDROSO JR., 2019)

Além das pessoas já citadas por Antonio Pedroso Jr., há uma série de histórias de “caça às bruxas” que ocorreram na cidade durante os anos da ditadura. Em alguns casos, as pessoas perseguidas eram realmente comunistas, mas a grande maioria era de pessoas sem qualquer tipo de militância política apontadas a esmo como comunistas. Segundo Pedroso Jr., isso acontecia porque as pessoas da cidade que promoviam as perseguições sobrestimavam a quantidade de comunistas que aqui havia.

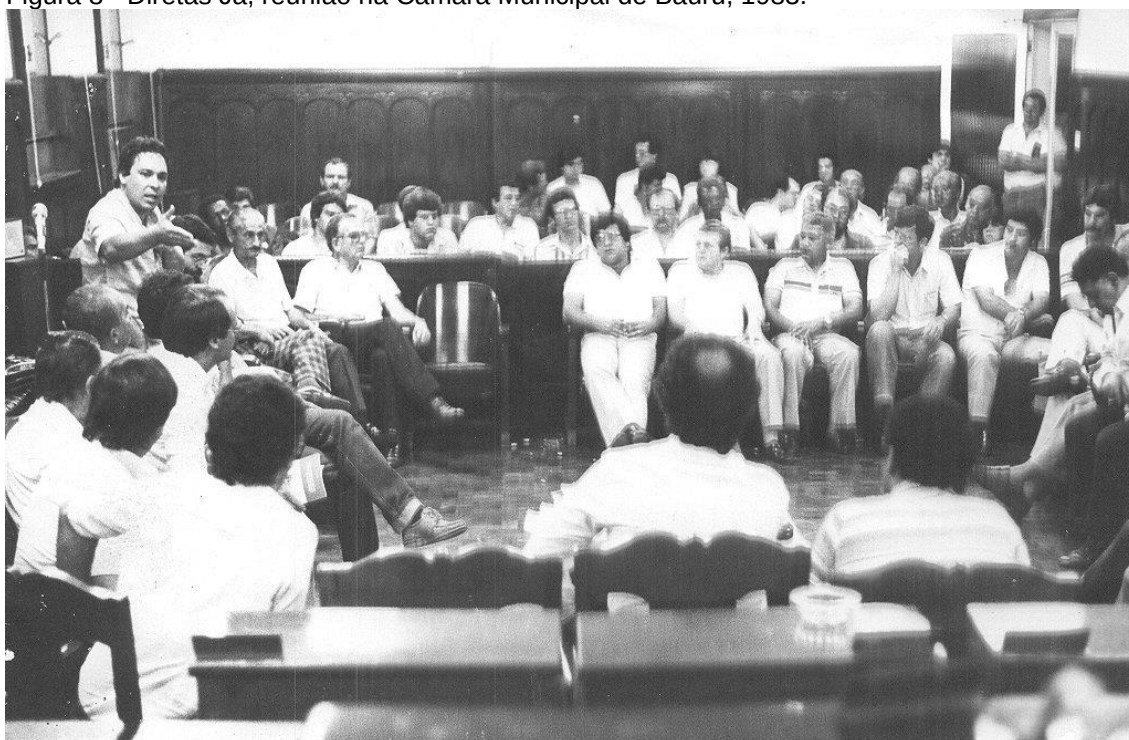
[...] teve um investigador de polícia em Bauru, Carlos Rocha Neto. [...] Ele escreveu isso em 66, 2 anos depois do golpe, que, o imenso tabuleiro da subversão voltava a se movimentar no centro-oeste paulista. Centenas de comunistas estavam se articulando novamente. Escreveu um relatório e relacionou seis, sete pessoas. Relacionou o meu pai, o Gasparini, Saad, Joaquim [...], o Francisco Antônio Rubens Neto. O quê que a chefia em São Paulo fez? ‘São centenas, você mandou o nome de meia dúzia, manda o nome do resto’. Ele pegou um abaixo-assinado, de moradores aqui da Falcão e da Vila Bela Vista, pedindo melhorias no serviço de atendimento de água, isso em 1950 e pouco, e mandou. Então, teve cara que assinou o abaixo-assinado por melhoria do fornecimento de água, que tá rotulado até hoje lá no arquivo histórico como comunista. Isso era, na minha opinião, total irresponsabilidade [...]. Quer ver outra? Em 1951, tinha um delegado de Bauru, Ápio Moreira Prattes. [...] Esse Ápio fez um relatório dizendo que tinha notado que de uns tempos para cá os comunistas estavam frequentando os centros espíritas e era para as autoridades tomarem cuidado, porque, da noite para o dia, esses centros espíritas, que eram milhares no estado de São Paulo, poderiam se transformar em células do Partido Comunista. Até fiz uma brincadeira em um texto meu que eu fico imaginando os comunistas reunidos no centro espírita esperando o ‘cavalo’ desocupar e vim Lenin e Marx para discutir a política de Bauru. [...] por causa dessa ignorância, muita gente foi prejudicada, muita gente foi prejudicada, cara que não tinha nada a ver com o negócio acabou preso, acabou torturado [...]. Nós tínhamos em Bauru o Seu Antônio Padilha, que tinha uma rede de padaria na época. Ele se recusou a fornecer pão e leite de graça para um congresso da FAC. Estourou o golpe, ele foi preso, foi acusado de comunista. [...] o Olavo Fernandes Gil, hoje dono da Gillar, ele foi ver o que estava acontecendo na delegacia e acabou preso. Foi um monte de caso. (PEDROSO JR., 2019)

Dentre os diversos casos que marcaram essa época de acusações infundadas e prisões arbitrárias, há também a história de Romeu Cajueiro, um psicólogo de Alagoas que fez um importante trabalho na Central do Brasil reduzindo o número de acidentes entre os funcionários. Romeu foi chamado, então, para fazer trabalho semelhante na Noroeste. Mas, chegando em Bauru, em 1964, foi acusado de ter sido mandado por “Francisco Julião e Miguel Arraes para incutir o marxismo na cabeça dos ferroviários. Levaram esse cara preso” (PEDROSO JR., 2019). Romeu Cajueiro ficou alguns dias encarcerado e Antônio Pedroso, que estava preso por sua luta

ferroviária, conversando com ele, soube que o psicólogo não tinha nada de comunista, como contou Pedroso Jr. em entrevista.

Outro tipo de perseguição, além das prisões que avolumavam as celas, mas não tinham embasamento, foram as demissões de pessoas ligadas a algum tipo de movimento. Foi o caso de Antonio Pedroso, ferroviário demitido quando lhe faltavam 28 dias de trabalho para que pudesse se aposentar. Edson Yoshino passou por situação semelhante. Era presidente de um dos Centros Acadêmicos da Fundação Educacional de Bauru e militava no Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8). Edson foi demitido sem motivo aparente, mas depois teve acesso ao processo de sua demissão e viu que os motivos eram político-ideológicos. “[...] eu tive acesso a esse processo. Senão eu não ia saber também, pelo menos oficialmente. [...] A chefia opinou pela demissão, o pessoal foi assinando embaixo. E assinaram, o duro é isso. Mas não sabiam que ia tornar público esse documento”⁵.

Figura 8 - Diretas Já, reunião na Câmara Municipal de Bauru, 1983.



FONTE: Pedro Romualdo, acervo pessoal.

Dois dos casos mais tristes ligados a Bauru, e que marcaram profundamente os moradores da cidade, foram o de Márcio Leite e o dos irmãos Petit, Maria Lúcia, Lúcio e Jaime.

⁵ Entrevista concedida à autora, YOSHINO, Edson. Bauru, 2019.

Márcio não era bauruense, mas veio para a cidade bem jovem. Seu pai, Eufrásio de Toledo, foi o fundador da Instituição Toledo de Ensino e Márcio, enquanto esteve em Bauru, não demonstrou sua militância, talvez para que não houvesse algum conflito com sua família, que não concordavam com a luta estudantil e revolucionária na qual Márcio agia. O rapaz fora integrante da ALN (Aliança Libertadora Nacional), fundada por Marighella. No entanto, Márcio foi assassinado por um dos integrantes da própria ALN. Havia, nos movimentos revolucionários, mais especificamente na ALN, uma certa cisão entre os que defendiam e agiam na luta armada e os que preferiam o diálogo como fator revolucionário. Sendo que, os primeiros tinham mais "prestígio", ocorrendo uma espécie de segregação e desmerecimento da luta dos que não empunhavam armas, considerados covardes pelos que o faziam (RIDENTI, 2010). Márcio chegou a viajar para Cuba para receber treinamento de guerrilha, mas após algumas ações sem sucesso com a ALN no Brasil, quis mudar o *modus operandi* da Aliança, proposta que não foi bem recebida. "A proposta dele era de retroceder, porque o negócio estava ruim. Todo mundo sendo morto, torturado nas prisões, ele queria parar com [esse] negócio e por isso ele foi executado. Justificado, é a palavra que a gente usa" (NEGRÃO, 2019).

Os irmãos Petit, Maria Lúcia, Lúcio e Jaime nasceram na região de Bauru, mas moravam na cidade. Lutaram na Guerrilha do Araguaia afiliados ao PCdoB (Partido Comunista do Brasil). Foram perseguidos e assassinados. O corpo de Maria Lúcia foi encontrado e sepultado em Bauru, Lúcio e Jaime desapareceram. O professor Fábio Negrão relembra em depoimento o dia do sepultamento de Maria Lúcia: "a mãe deles Dona Julieta eu vi lá na praça, aqui na Praça Rui Barbosa, porque resgataram o corpo e ela foi enterrada aqui. Os irmãos não" (NEGRÃO, 2019).

3.5. O desenvolvimentismo almejado

O Brasil, depois do golpe, passou por um processo de "modernização conservadora", que traria a cultura estadunidense massivamente aos brasileiros. Com o aumento do capitalismo consumista no milagre econômico e a incorporação das artes estrangeiras na cultura nacional houve o advento de tecnologias como o rádio, a televisão e os discos. O Brasil intensificou o processo de aculturação. Em paralelo, o meio rural deixaria de ser comandado por uma oligarquia colonial e passaria a pertencer a uma burguesia rural. Aos que sobraram, pois o êxodo rural propiciou uma

inversão dos índices populacionais em um espaço de tempo curto, com o crescimento vertiginoso das cidades e a industrialização (RIDENTI, 2010).

Até certo ponto, a ditadura representou, em Bauru, uma ruptura com um coronelismo que existia na cidade, mesmo não sendo uma região de grande expressividade agrícola, já que a dita terra branca não era a ideal para o cultivo de cana e de café, ao contrário da terra vermelha, por exemplo, muito rica e que vai de Campinas até a região de Ribeirão Preto. Essa ruptura representava uma integração nacional, na qual a ditadura se debruçava a fim de construir uma nação una, com o ideal nacionalista e desenvolvimentista.

Figura 9 - Avenida Nuno de Assis, 1978.



FONTE: IBGE; Quioshî Goto.

Havia também um intento industrial, que tentava caracterizar a cidade como desenvolvida a partir da implantação de empresas. Bauru tem importantes indústrias, de segmentos diversos, no entanto, algumas das maiores foram instaladas na cidade na década de 1920 ou, mais tarde, nos anos 1980. Como é o caso da Plasútil, fundada por Sebastião Pereira da Silva, militante político da esquerda e um dos primeiros presos na cidade, assim que a ditadura foi instituída, como lembram o autor de livros sobre a repressão na cidade Antonio Pedroso Jr. e o ex-ferroviário Edson Yoshino. E, ainda assim, a cidade não superou o fato de ter sua principal fonte de renda advinda do setor terciário, com comércio e serviços.

Um dos objetivos buscados pelos militares durante o golpe foi o desenvolvimentismo. No final da década de 1960 até a década de 1970, o país vivia a “euforia em torno do desenvolvimento ilimitado, o ufanismo triunfante da potência que se construía por meio da ditadura militar.” (LOSNAK, 2004, p. 169). Para tanto, durante a ditadura, Bauru recebeu investimentos numa articulação municipal, estadual e federal.

[...] a liderança política da cidade se afinou (*sic*) ao governo federal, se tornou representante da ditadura na cidade e na região, eles ganharam eleições, o Alcides Franciscato ganhou eleições para o seu grupo, para os seus candidatos ao longo de 14 anos, mais ou menos. Elegendo prefeito, elegendo vereador, elegendo deputado estadual, elegendo deputado federal. Isso possibilitou, na época, a obtenção de muita verba, que na época se chamava uma parte de verba “fundo perdido”, verba que não precisava pagar, não precisava retornar. (LOSNAK, 2019)

Oswaldo Sbeghen foi prefeito de 1977 a 1983, sucedendo o mandato de Luiz Edmundo Carrijo Coube, que comandou a cidade de 1973 a 1977. Coube, por sua vez, sucedeu a Alcides Franciscato, que governou o município de 1969 a 1973. Durante o mandato de Sbeghen na prefeitura, Franciscato era deputado federal e seu cunhado, Abrahim Dabus, deputado estadual. Essa tríplice atuação nos diferentes níveis de governo fazia com que o grupo garantisse o ritmo acelerado de obras durante essas três gestões municipais de Franciscato, Coube e Sbeghen.

Uma das, senão a maior obra de Franciscato, à frente da prefeitura municipal foi a canalização do Córrego das Flores para a posterior construção da Avenida Nações Unidas no local. A via mais importante da cidade, que liga o norte ao sul de Bauru, sendo uma das principais apostas para a modernização viária da cidade. Adelmo Bertusi era o técnico da Secretaria de Planejamento durante esse período de crescimento urbanístico de Bauru.

Próximos à ditadura, esses prefeitos da época obtiveram recursos com mais facilidade para a modernização da cidade, já que essa modernização fazia parte dos projetos do regime militar. No entanto, “as fontes financeiras das obras não são facilmente identificadas.” (LOSNAK, 2004, p. 188).

Figura 10 - Construção do Parque Vitória Régia.



FONTE: Prefeitura Municipal de Bauru; Ricardo Ursulino.

O regime não logrou êxito no que diz respeito à grande industrialização, tão prioritária para o desenvolvimento. Bauru até hoje não é uma cidade industrial. Os recursos majoritários da cidade são advindos do setor terciário, comércio e serviços. Mas, com a articulação política da cidade, houve um certo investimento local durante a ditadura.

Embora a gente reconheça, por meio da bibliografia, que o JK que implantou o sistema rodoviário. No período da ditadura, esse sistema continua a receber investimentos. Então, o sistema de transporte rodoviário teve apoio dos governos militares. [...] viaduto, abertura das avenidas, como a Avenida Nuno de Assis, como o viaduto que eu estou me lembrando da Treze de Maio, como da Avenida Nações Unidas, foram obras que tiveram a colaboração do Governo Federal. Um outro exemplo, que também não aconteceu só em Bauru, mas o apoio político com certeza ajudou, é o sistema financeiro da habitação. Bauru tinha, e tem, a Cohab, que estava ligada ao Banco Nacional da Habitação, e aí muitos projetos foram desenvolvidos na cidade, uma quantidade significativa de conjuntos habitacionais. Isso colaborou com um certo desenvolvimento da cidade, na medida em que melhorou a disponibilidade de moradias, para época, em boas condições, ainda que nas regiões periféricas, para a população da época. Então acho que são dois exemplos, o chamado do desenvolvimentismo significou um alto investimento do Estado em um período de força da economia, mas também isso foi alavancado pelo apoio político que os líderes da cidade tinham. (LOSNAK, 2019).

Durante as décadas anteriores ao regime, Bauru tornou-se um polo de serviços públicos da região. Isso aumentou o prestígio junto aos comandantes da ditadura pela importância regional que a cidade já tinha e ganhava. Esse reconhecimento foi almejado há tempos. “O serviço Centralizado de Interior, da Secretaria da Fazenda, depois Delegacia Regional Tributária, [...] foi instalado em Bauru no dia 18 de janeiro de 1945”⁶. Em 1951 Bauru recebeu o Hospital Regional, atual Hospital de Base. A elite tentou trazer uma faculdade de medicina à cidade, mas o pedido foi atendido à cidade de Botucatu, que recebeu o curso sempre visto com bons olhos. A Bauru restou se contentar com a vinda da Faculdade de Odontologia, construída pelo governo estadual em terreno doado pela prefeitura local, também em 1951. Daí a festividade eufórica envolvida na chegada da esperada faculdade no campus da FOB em 2017, como se a qualquer custo esse curso precisasse existir para a completude de Bauru.

Tanto no Estado Novo, quanto na ditadura militar, surgiram políticas para a moradia popular, mas eram projetos excludentes, fora do centro de modernidade urbana. O Diário de Bauru e o Jornal da Cidade noticiavam estratégias da polícia para manter a cidade em ordem e acabar com os grupos de pobres marginalizados - prostitutas, mendigos e vadios. “No final dos anos 60 e início dos anos 70, a polícia costumava fazer a ‘operação arrastão’ com o objetivo de ‘limpar a cidade dos marginais e rameiras’ que povoavam o centro urbano” (LOSNAK, 2004, p. 236). O intuito era a exclusão à margem ou para fora da cidade. Em matéria do Jornal da Cidade, de 1968, sobre uma prisão de prostitutas, o jornalista atribui às mudanças da sociedade, como o movimento hippie, a má conduta das moças.

Nota-se, no entanto, a falta de coerência no discurso de cidadãos que expurgam a população pobre e indesejada, mas falam quase com um certo orgulho do prostíbulo da cafetina Eny Cezarino, que recebia figuras da alta sociedade, inclusive políticos influentes, de Bauru e do Brasil.

Esse conservadorismo arraigado de hipocrisia não é uma característica exclusiva de Bauru, o Brasil repete esse mesmo roteiro em diversas cidades, principalmente as de interior. Antes e durante a ditadura, a elite bauruense organizou “desfiles ‘Deus, pátria e propriedade’, ‘Deus, pátria e família’. Sob esses slogans aí a

⁶ PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU. **Primeiros Tempos da Nossa Bauru**. p. 11.

Disponível em:

<http://www2.bauru.sp.gov.br/arquivos/arquivos_site/publicacoes/Primeiros%20Tempos%20da%20Nossa%20Bauru.pdf>. Acesso em 26 out. 2019.

sociedade conservadora fazia passeatas aqui nas ruas principais da cidade contra o governo Jango Goulart [...]” (BARBOSA, 2019). Isso por si mostra os valores cristãos empregados na política municipal.

4. A REPRESSÃO E A INSURREIÇÃO NA SALA DE AULA

O movimento estudantil foi considerado subversivo em Bauru, pois tinha potencial de mobilização social e defendia pautas sociais alinhadas à esquerda. Até o início de 1964, os estudantes tinham certa visibilidade e força reivindicatória da classe. Pediam o não aumento da anuidade cobrada em alguns colégios secundários, como o SENAC, e da mensalidade nas faculdades particulares. A USP também se mobilizava, pedindo melhor infraestrutura no campus. Mas essa luta foi rapidamente alterada logo após o golpe, quando estudantes, temendo represálias, foram se afastando aos poucos dos movimentos estudantis. Caso da faculdade de serviço social da ITE, que emitiu uma nota em apoio ao golpe; e da Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB), que se desvinculou da UNE e da UEE e se vinculou à Federação Democrática Universitária, que nascera na Mackenzie. Em trecho do jornal Diário de Bauru, de 17 de abril de 1964, retirado do livro Subsídios Para a História da Repressão em Bauru, é possível notar o viés da imprensa local em defesa do golpe e contra a articulação dos estudantes.

‘A classe estudantil, por se constituir na reserva intelectual do país, nesta última década tem sofrido enorme influência de paixões ideológicas extremistas de direita e de esquerda. São grandemente visados por elementos agitadores profissionais e assalariados, pois os arroubos da juventude, ávida pelo conhecimento, e muito facilitam as influências desta natureza. O exemplo que tivemos e que nos deixou estarrecidos, quando estudantes eram regamente pagos com dinheiro de origem vermelha, fato que repercutiu como verdadeira bomba em todo o país, demonstram cabalmente que era chegado o fim do regime. Não fosse a pronta reação das forças democráticas e o país teria ruído fragorosamente em todos os seus setores. Tal era a irresponsabilidade dos governantes, que rapazes ainda de tenra idade recebiam, dos cofres federais, milhões de cruzeiros para campanhas subversivas, embora em cunho estritamente de organização de classe.’ (PEDROSO JR., 1979, p. 133)

Sobre esse trecho do DB, Antonio Pedroso Júnior (2019) esclarece que “não tinha financiamento nenhum”. Tratando-se, na verdade, de algo inventado por Sílvio Marques Júnior, fundador e presidente da Frente Anticomunista (FAC).

A Frente Anticomunista surgiu em Bauru em meados de 1963, quando há os primeiros relatos da organização. O Brasil era presidido por João Goulart e essa administração tentava implantar reformas que visavam a igualdade social. A mais polêmica era a reforma agrária, que levantava um embate entre os partidos mais progressistas e os mais tradicionalistas. “Em meio às crises e seguindo essa tendência [anti-reformista], surge a FAC, Frente Anticomunista, fundada

primeiramente em Bauru e depois estendida a outras regiões” (GIANANTE *et al.*, 1997).

Os ideais que sustentavam a FAC eram o anticomunismo e os valores cristãos. Assim era também o fundador, Sílvio Marques, um homem católico e de direita. Sílvio formou-se em direito no Rio de Janeiro e posteriormente mudou-se para São Paulo, onde trabalhou na estatística policial do governo de Adhemar de Barros. Chegou também a servir o Exército Brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial. A partir daí, tomou gosto pela ação militarizada. Mais tarde, mudou-se para Bauru, cidade que escolheu para viver definitivamente.

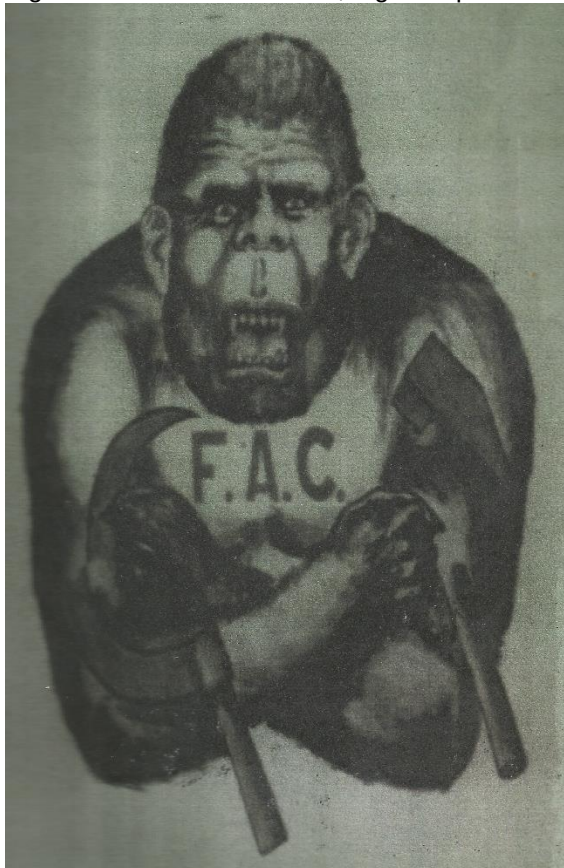
Nas aulas que lecionava na ITE, Sílvio Marques tinha contato com alunos que ele considerava comunistas, então, o professor decidiu criar a FAC, para mostrar aos estudantes que o comunismo era ruim, já que ia contra seus princípios cristãos. Em depoimento registrado no artigo *Alerta Vermelho: história da F.A.C. em Bauru*, Zilda Marques, viúva de Sílvio, explica que “havia penetração muito grande dos comunistas sobre os estudantes e era aquela desordem, aquela baderna, e evitava-se que isso acontecesse, explicando o que era o comunismo” (GIANANTE *et al.*, 1997). Além disso, Zilda relembra que o comunismo é intrinsecamente ateu, o que ia contra os valores cristãos de seu marido e de sua família.

O surgimento da FAC seguia uma tendência que surgiu durante o governo de Jango e se estendeu no período ditatorial. Além da FAC na região de Bauru, existiam outras organizações, tais como o Movimento Anticomunista (MAC), a Organização Paranaense Anticomunista (OPAC), a Cruzada Libertadora Militar Democrática (CLMD), que agiam em conjunto com o IBAD, além do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), composto por policiais e estudantes conservadores da Universidade Mackenzie.

A FAC, assim como o complexo IPES/IBAD, recebia material oriundo dos Estados Unidos, como filmes, que explicavam o que era o comunismo a partir do viés estadunidense e mostravam imagens de miserabilidade em países como a União Soviética, a China e Cuba. Em contraponto, o país tido como exemplo a ser seguido era o norte-americano. O slogan da Frente Anticomunistas era: “Lute hoje para não ser escravo amanhã” e sua insígnia era um gorila quebrando uma foice e um martelo. Outro canal de propaganda da FAC foi o Diário de Bauru, que deu voz a Sílvio Marques durante anos. Sílvio era figura de prestígio na cidade, uma vez que, além de

lecionar da Faculdade de Direito da ITE, também era promotor público pelo município de Piratininga.

Figura 11 - Símbolo da FAC, o gorila quebrando uma foice e um martelo.



FONTE: Reprodução.

A FAC rapidamente se espalhou pelo interior do estado de São Paulo. "Eram assim, criadas legiões da FAC em Bauru e em outras cidades, entre elas: Garça, Gália, Brotas, Jaú, Andradina, Araçatuba, São José do Rio Preto, Mirandópolis, Guararapes, Lençóis Paulista, Macatuba, Marília, entre outras" (GIANANTE *et al.*, 1997).

Em sua coluna no Diário de Bauru, na publicação do dia 18 de setembro de 1966, Sílvio Marques escreveu que sua organização chegou a contar com quase 62 mil membros. Não se sabe, no entanto, a veracidade de tal informação, visto que a Frente Anticomunista era uma organização paramilitar sem vínculo estatal.

Nessa mesma coluna, do dia 18 de setembro de 1966, Sílvio Marques fala que a "[...] FAC não tem colaboração política partidária, religiosa ou racial, não tendo por

finalidade o combate a qualquer pessoa indistintamente”⁷. No entanto, há relatos de que o presidente da FAC agia com pessoalidade quanto às perseguições que a FAC promovia contra alguns moradores de Bauru.

Sílvio Marques perseguia desafetos e os acusava de ter ligação com o comunismo, como foi o caso de Saad Zogheib Sobrinho, acusado pelo promotor de receber financiamento comunista para ações estudantis.

Saad sempre foi ligado à Igreja Católica, à Ação Católica, depois Juventude Estudantil Católica, quando era estudante secundarista, Juventude Universitária Católica e AP, Ação Popular. Só os católicos eram ligados à AP, quando a AP resolveu virar Ação Popular Marxista Leninista, então os católicos saíram. E o Sílvio Marques chamava, porque ele não concordava com o Saad, o Saad de servo de Moscou, que o Saad recebia ouro vermelho de Moscou. E isso é mentira. (PEDROSO JR., 2019)

O que teria motivado a perseguição de Sílvio Marques Júnior a Saad Zogheib Sobrinho era o fato de que seus dois filhos haviam sido expulsos da JUC por excesso de faltas. Sílvio Marques, então, escreveu um artigo para o Diário de Bauru “dizendo que os filhos dele tinham sido expulsos pelo servo de Moscou, que era o Saad Zogheib Sobrinho, e que a partir daquele momento ele estava criando a FAC, que era a Frente Anticomunista, para combater os cristãos de esquerda [...]” (PEDROSO JR., 2019). Segundo o relato de Antonio Pedroso Júnior, o artigo continha ainda a descrição das atividades da FAC, que seriam de cunho político e sócio-esportivo. No entanto, os esportes que Sílvio Marques se propunha a oferecer na FAC eram aulas de artes marciais e tiro ao alvo, para que os jovens da Frente pudessem enfrentar os comunistas em uma possível revolução.

O jornalista Zarcillo Rodrigues Barbosa formou-se em direito na ITE e teve aulas com Sílvio Marques Júnior em 1964. Zarcillo não chegou a sofrer perseguições de Sílvio Marques, por não ter ligação com nenhum movimento da esquerda, mas seu trabalho foi constantemente impedido pela FAC enquanto repressão regional. O jornalista fala de sua relação com o promotor. “O Sílvio Marques Júnior era meu professor, no primeiro ano da faculdade de direito. [...] Eu tinha contato com ele como professor [...] durante esse período [...] que coincidiu com o primeiro ano também da ditadura militar [...]” (BARBOSA, 2019). Zarcillo também fala sobre a formação da FAC e como Sílvio Marques atraía os jovens.

E o Sílvio Marques Júnior então angariava para essa Frente Anticomunista os jovens de boas famílias aqui de Bauru, estudantes ou não estudantes, que

⁷

F.A.C. continua em atividade. Diário de Bauru, Bauru, 18 set.1966. p. 1 a 3. In: GIANANTE *et al.*, **Alerta Vermelho: história da F.A.C. em Bauru.** Bauru, 1997.

eram filhos de fazendeiros, filhos de empresários, industriais, de comerciantes, dizendo a eles, como fator de aliciamento, que, se implantado o comunismo no Brasil, os pais deles iriam perder as suas propriedades e eles perderiam também os privilégios de serem filhos de uma burguesia ascendente naquela época. Com isso, ele angariava esses jovens da burguesia na cidade, e dava a eles treinamento de lutas marciais, a utilização de armas de fogo, como uma preparação para o comunismo que estaria sendo esperado como o novo sistema político no Brasil de 1964. Ele começou antes disso, em 1963. 64 houve então a implantação da ditadura militar, o golpe militar, e ele botou então essa tropa na rua, esses garotos todos na rua. (BARBOSA, 2019)

Outro desafeto de Sílvio Marques que sofreu perseguição foi Wilson Montanha. Wilson estudava direito na ITE quando Sílvio Marques lecionava e chegou a ser preso no início da ditadura sob acusação de ser comunista. Antonio Pedroso Jr. conta as motivações que levaram Sílvio Marques a perseguir o aluno.

[...] Wilson Montanha, falecido há alguns anos atrás em São Bernardo do Campo, advogado, ele não concordava com as aulas do Sílvio Marques porque na época era apostila, [...] tinha o jornal na faculdade de direito, jornal do pessoal, chamava A Brasa, e o Wilson Montanha escreveu um artigo, que o Sílvio Marques usava da técnica “tesourábica” para escrever seus livros. Quer dizer, com a tesoura, ele cortava o artigo de terceiros, depois colava e falava que era dele. O Montanha nunca teve militância de esquerda, militância comunista e acabou sendo acusado pelo Sílvio Marques como comunista. (PEDROSO JR., 2019)

Sobre o jornal, *A Brasa*, e a inaceitação de Sílvio Marques a qualquer tipo de crítica, o jornalista Zarcillo Barbosa, em depoimento, fala que o jornal fazia piadas com outros professores da Faculdade de Direito da ITE, não só com Sílvio Marques. Zarcillo cita também que nas aulas ministradas por Sílvio Marques Jr., o professor exigia apenas o conteúdo de um de seus livros sobre Teoria Geral do estado nas avaliações. “Você era obrigado a comprar o livro dele, porque senão, você não conseguia responder, exatamente de acordo com os conceitos dele, as perguntas que ele fazia na prova. Então a gente fazia essa gozação no jornal” (BARBOSA, 2019). Mas a brincadeira rendeu problemas sérios aos que a faziam com o advento da ditadura militar e o poder de Sílvio com a FAC.

4.1. A FAC fora da faculdade

O promotor nomeia uma rua hoje em Bauru, no bairro Jardim Pagani. A Rua Dr. Sílvio Marques Júnior é uma homenagem que aponta as convenções praticadas na cidade. Mesmo perseguindo desafetos sem um critério preestabelecido, ele foi um cidadão de prestígio por seu status social.

Um exemplo de perseguição promovida pela FAC fora da ITE foi a feita contra Lauro Caputo. Lauro trabalhava em um escritório e não tinha 18 anos completos quando foi preso, acusado de manter relações com comunistas internacionais. Lauro acredita que tenha sido denunciado por um colega de trabalho, amigo de Sílvio Marques. A polícia o levou preso, onde permaneceu por alguns dias. O motivo da prisão: uma rádio galena que Lauro possuía. Mas aí cabe uma incongruência, uma vez que o aparelho tinha curto alcance de transmissão, através de amplitude modulada, sendo surreal o fato de utilizá-lo para uma transmissão a Moscou ou a Cuba, como era suposto pela polícia. No entanto, os policiais o mantiveram na cadeia por acreditarem que ele teria envolvimento com o comunismo.

Houve outros casos de perseguições, não só a jovens. Um exemplo é o do juiz Francisco Antônio Rubens Neto, que também dava aulas na ITE, demitido da Instituição por influência de Sílvio Marques Júnior.

[...] o Rubens Neto escreveu, antes desse desfecho, ele escreveu um livro sobre o caso dos Irmãos Naves. E daí isso serviu de 'picuinha'. Aí, o Rubens Neto, que não era nenhum inculto, tinha vários livros publicados, denunciou o Sílvio Marques no conselho do Ministério Público. Eu achei a defesa do Sílvio Marques. Eu não achei a acusação do Rubens Neto, que, na realidade, o Sílvio Marques era achacador, que o Sílvio Marques chegava pro cara: [...] 'se você não me arrumar tanto em grana, eu vou te denunciar como comunista'. Que ele era aliciador de menores e outras coisas mais. (PEDROSO JR., 2019)

No entanto, Sílvio ainda era uma figura influente, que tinha ligações com o governo estadual, dirigido à época por Adhemar de Barros; com as polícias, forças de segurança pública; e com as Forças Armadas, principalmente a aeronáutica, que lhe trazia, através do aeroporto de Bauru, informações de todo o país acerca do andamento do regime militar. Sílvio chegou a comandar a pasta estadual de Segurança Pública, se automeando.

Quando ele assumiu aqui os poderes da repressão, ele era muito chegado aos militares e a Adhemar de Barros, que era governador do Estado de São Paulo, foi cassado. E ele, por si só, foi lá em São Paulo e assumiu a Secretaria da Segurança Pública, e de lá ele mandava mensagens à polícia daqui, 'prenda fulano, sicrano e beltrano'. Ele tinha uma lista de todos aqueles que ele considerava comunistas. Na verdade, não eram pessoas mais do que progressistas, não comunistas. Pessoas pertencentes à Juventude Universitária Católica, JUC. Eram pessoas conservadoras, mas com ideias progressistas, de melhor distribuição de renda do país, uma vida para os trabalhadores, de uma proteção ao trabalho e aos trabalhadores. Essas pessoas simplesmente foram parar na cadeia, muitos deles foram parar na cadeia. Me lembro lá na Faculdade de Direito, antes do golpe militar, durante as aulas, tinha um professor lá que organizava debates. 'Olha, vamos fazer um debate aqui'. E indicava um grupo de estudantes lá para defender a democracia e outros para defender o comunismo. Depois pretendiam prender aqueles que tinham sido designados para defender o comunismo. Não eram

comunistas, mas foram estudar todas as ideias marxistas para defender no painel dentro do grupo de estudos. Aí falavam: 'não, eles defenderam tão bem que devem ser comunistas mesmo, manda prender'. (BARBOSA, 2019)

Essa lista dos considerados comunistas não era coerente, como já foi dito. Essas acusações arbitrárias faziam o volume das cadeias de Bauru e região. “Nós tivemos em Bauru, aqui, no início da ditadura, pelo menos umas 60 prisões de estudantes” (BARBOSA, 2019).

4.2. “Deus acima de todos”

Sílvio Marques prezava muito pelos costumes tradicionais e pela religião. Era católico, assim como muitos outros de Bauru, que compartilhavam a crença religiosa, mas tinham ideias contrárias às suas. No entanto, o promotor via com maus olhos o fato de um cristão defender ideias progressistas, alinhados à esquerda. Com isso, em sua coluna no Diário de Bauru, Sílvio Marques expunha sua opinião política junto de seus preceitos cristãos. Em uma publicação, do dia 30 de abril de 1963, no Diário de Bauru, o presidente da FAC utiliza a encíclica “Divini Redemptoris”, escrita pelo Papa Pio XI, para falar que o comunismo vai contra o Cristianismo. No mesmo ano, mas em 4 de maio, Sílvio escreve que “[...] socialismo religioso, socialismo católico, são termos contraditórios: ninguém pode ser ao mesmo tempo bom católico e verdadeiro socialista [...]”⁸.

O fato do presidente da FAC estar no meio católico e, ao mesmo tempo, perseguir os católicos progressistas, fazia com que a repressão fosse maior a essa parcela da população bauruense da época. Zarcillo Barbosa conta que os garotos que atuavam na FAC com Sílvio Marques eram católicos, de “boas famílias”, frequentavam as missas e, por conta disso, sabiam quem eram os “jovens da cidade que tinham tendências esquerdistas, que eram progressistas e queriam uma mudança na sociedade brasileira. Esses jovens, então, tidos como esquerdistas, muitos deles até pertencentes à JUC [...]” (BARBOSA, 2019). Esses rapazes defendiam condições melhores ao proletariado, aos trabalhadores rurais e urbanos. A partir daí, os integrantes da FAC apontavam os jovens progressistas, que posteriormente eram perseguidos ou até presos pela organização. Inclusive desafetos, como foi o caso de Saad Zogheib Sobrinho.

⁸ Sílvio Marques Júnior. **Socialistas Católicos**. Diário de Bauru, Bauru, 4 mai. 1963. In: GIANANTE *et al.*, **Alerta Vermelho: história da F.A.C. em Bauru**. Bauru, 1997, p. 44.

O artigo *Alerta Vermelho: história da F.A.C. em Bauru* (GIANSANTE *et al.*, 1997) aponta que a visão de Sílvio Marques sobre a era de desprezo, mesmo que seus filhos tenham integrado o grupo, até serem expulsos, o que para ele era motivo de orgulho, já que, para Sílvio Marques, “a JUC era uma organização incompetente e preconceituosa, assim como o seu presidente, pois expulsavam do seu meio os indivíduos que não aceitava passivamente as ideias comunistas [...]”.

O promotor mesclava seus ideais religiosos aos políticos, característica corriqueira de movimentos que tentavam se aproximar do povo, e disso nasciam até orações, como é o caso do Credo Brasileiro⁹, uma espécie de pregação política e cristã que une elementos do catolicismo às ideias de libertação nacional.

O historiador Célio José Losnak também frequentava encontros de estudantes católicos, mas já nos anos 1980, nos anos finais do regime ditatorial, e quando a FAC já não existia, pois, oficialmente, a Frente acabou em 1967, mas há vestígios de sua atuação até 1969. Losnak descreve como o grupo se reunia e tinha discussões, mas não era um grupo comunista.

[...] eu, no colégio, hoje ensino médio, passei a fazer parte de um grupo de cristãos era a pastoral universitária. Na verdade, era uma seção da pastoral universitária, porque a pastoral universitária era um projeto da igreja para trabalhar com estudantes universitários cristãos. E aí veio da Bélgica um padre, solicitado pelo bispo da época, Dom Cândido Padin, que era um dos grandes líderes da CNBB na época, e veio um padre da Bélgica, o Jacques [...] ele começou esse projeto com estudantes do ensino médio lá na ITE. E aí eu comecei a fazer parte desse grupo, que no início era discutir a religiosidade no viés do Concílio Vaticano II, que tinha uma leitura sobre a necessidade do debate político no presente. [...] Isso 77, 78, aí em 79 eu entrei na antiga Fundação Educacional de Bauru. E aí eu passei a fazer parte efetivamente da pastoral universitária. Era o espaço que discutia a ditadura, no aspecto teórico. Mas nesse momento havia também no aspecto prático, político prático, eu não sei se poderia chamar de militância [...]. (LOSNAK, 2019)

De todo modo, é possível notar o caráter da organização católica mais voltada à defesa de direitos humanos. No entanto, até os dias de hoje, nota-se uma condenação aos defensores da justiça social. E não era diferente na época de livre repressão, em que o reacionarismo era tido como verdade.

4.3. O movimento estudantil e revolucionário

Durante os anos da ditadura, o movimento estudantil foi duramente combatido. A nível nacional, a UNE (União Nacional dos Estudantes), criada em 1937, foi

⁹ Anexo 1

dissolvida, assim como a UEE (União Estadual dos Estudantes) a nível estadual. Essas instituições passaram a atuar, então, na ilegalidade, durante o regime militar. As faculdades de Bauru estavam, de modo geral, ligadas a essas instituições, tendo representantes nos congressos nacionais da UNE, até a proibição da União, e também na ilegalidade, quando a existência da UNE foi proibida.

Em Bauru havia um movimento estudantil que tinha ações mais sociais do que políticas. Era a Federação Bauruense Estudantina (FBE), composta por estudantes secundários e universitários. A Federação era responsável por promover eventos, pela emissão das carteirinhas de estudante na época, entre outras atividades. Numa noite de abril de 1964, com o golpe recém-instituído, justamente durante a confecção de carteirinhas de estudantes, a sede da FBE, que funcionava no prédio da Drogadada, no Centro de Bauru, foi invadida por integrantes da FAC. Os estudantes que lá estavam receberam ameaças e acionaram a polícia.

Um dos jovens presente na ocasião era o presidente da FBE à época, Milton Dota, que integrava a JEC e sofreu diversos tipos de perseguições durante os anos da ditadura, tendo também sido preso. Assim como Milton, outro nome de expressiva luta estudantil que acabou encarcerado foi Ivan Gibin, antecessor de Dota na presidência da FBE. Existem tantos outros nomes que sofreram perseguições da FAC e alguns outros que acabaram atrás das grades pelo fato de integrarem o movimento estudantil.

Figura 12 - Passeata reivindicando o passe estudantil, 1979.



FONTE: Pedro Romualdo, acervo pessoal.

Figura 13 - Passeata pelo passe estudantil em Bauru, 1979.



FONTE: Pedro Romualdo, acervo pessoal.

Um exemplo de perseguição foi o ocorrido com Fábio Negrão, militante do movimento estudantil que também integrou o MR-8. Esse movimento nasceu no Rio de Janeiro, mas teve outras áreas de atuação, e uma delas foi o interior de São Paulo. O nome, MR-8, se dá em homenagem a Che Guevara, morto nesta data.

Antes do golpe, os partidos de esquerda tinham uma estruturação que fazia frente aos partidos da direita, elegendo João Goulart em um duplo mandato de vice-presidência, nos governos de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros. E tendo diferentes movimentos que compunham segmentações da esquerda, como a Ação Popular e a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (POLOP ou ORM-PO) (RIDENTI, 2010). Mas não o bastante para eleger um presidente, já que Juscelino pertencia ao PSD e Jânio à UDN, dois partidos de direita. Após o golpe, organizado por um contingente civil-militar a fim de interromper as reformas propostas por Jango, a esquerda sofreu um enorme enfraquecimento, por conta da repressão e também por conflitos internos. Os partidos ligados à ideologia comunista foram criminalizados e os demais de esquerda se fracionaram, dando origem a movimentos revolucionários e a novos partidos, antes e depois do período de bipartidarismo compulsório. O MR-8 era um dos movimentos revolucionários, uma das peças que compunham a esquerda brasileira, extremamente fragmentada na época.

Quanto à luta revolucionária, havia a divisão (ou não, já que existiam movimentos que conciliavam ambos) quanto ao objetivo proposto pelo movimento. As principais se davam nas linhagens de libertação do povo de uma burguesia oligárquica ou implantação de um socialismo no país e, dentro dessas divisões, outras mais, referentes às ideologias a serem seguidas. Havia também a divisão acerca da organização adotada pelos movimentos para atingir o objetivo. Ao tipo de luta: armada ou não. Com essas diversas nuances, era inevitável uma secessão da esquerda, incapaz de agir de forma una por um objetivo comum, que seria atingir a hegemonia social para diminuir as desigualdades (RIDENTI, 2010).

O professor Fábio Negrão atuou no MR-8 de 1978 a 1982. Lutava pela democracia e pela Lei da Anistia, que fora assinada pelo ex-presidente João Baptista Figueiredo em 28 de agosto de 1979, concedendo perdão aos perseguidos políticos da ditadura, tidos como subversivos. Em depoimento, Fábio explicou sua atuação e a área em que operava com o movimento. “Bauru e adjacências, porque, como era integrado num organismo revolucionário, eu fazia uma cobertura regional. Eu era um tipo de um dirigente regional. Daqui até Assis, Sarutaiá, Bernardino de Campos, Marília, São Carlos...” (NEGRÃO, 2019).

O professor conta como o movimento estudantil passou a adotar pautas políticas de abrangência social, além das reivindicações estudantis.

Começamos a militância aqui, a princípio, contra o governo militar, contra a ditadura, fazendo algumas pichações em muros. A luta do movimento estudantil era voltada à questão mais direta, mais objetiva, mais sindicalista do movimento estudantil. Quer dizer, por melhores condições de estudo, pelo curso de jornalismo e tudo mais. A gente fazia as assembleias, ainda era a época da Fundação Educacional de Bauru, na Vila Falcão, a gente fazia as assembleias, e começamos a introduzir algumas questões mais políticas, por exemplo, a questão da Polônia do Walesa lá; e a questão do Sandino aqui na Nicarágua. Começamos a introduzir isso aí e passar chapéu para arrecadar fundos pela luta. E também pela luta pela anistia. (NEGRÃO, 2019)

O professor descreve algumas das formas como os revolucionários se comunicavam e agiam, a fim de, mesmo que minimamente, poderem manter suas identidades preservadas e suas vidas em segurança.

Cobrir pontos é aquilo que você conhece de literatura, de O Que é Isso Companheiro. Você fica para se encontrar com alguém, com um negócio debaixo do braço e o outro também tá, tipo um jornal dobrado, e você fala uma palavra, o cara passa uma senha e etc. Isso é cobrir ponto. Aí você vai para um aparelho. Esse aparelho é camuflado, não deve ser conhecido da repressão. (NEGRÃO, 2019)

O aparelho, citado por Negrão, tratava-se de um esconderijo onde os militantes se encontravam. As subdivisões dos movimentos tinham muito cuidado e quanto à

identidade, muitas vezes os militantes de setores diferentes de um mesmo movimento não se conheciam, por medo das forças de repressão. O medo de algum integrante do movimento ser preso e, sob tortura, acabar “abrindo” algum ponto, era imenso, já que muitos militantes foram presos assim (RIDENTI, 2010). E a partir dessa atuação revolucionária, Fábio passou a ser uma figura marcada na cidade e a sofrer perseguições, como as que ele conta em depoimento.

Senti na pele, porque tinha certa, assim, uma certa ameaça. Por exemplo, parar um cara aqui em casa bater à porta da minha casa e um cara com o estandarte da TFP na esquina, e o cara falar, me questionar sobre o que eu fazia. Aqui, na porta da minha casa. Aí eu sabia que era conhecido dos caras, provavelmente, conhecido de DOPS também, provavelmente conhecido de outros caras. Uma vez, tinha um cartãozinho jogado aqui, para dentro de casa, aquele K9, atrás, MR-8. São as coisas que aconteceram, né? (NEGRÃO, 2019)

As perseguições das quais Negrão foi alvo compõem uma história contada diversas vezes por diversas pessoas que sofreram semelhantes tipos de repressão, senão piores, já que é de se saber que a ditadura torturou e matou milhares de pessoas durante os mais de 20 anos de governo militar.

Figura 14 - Fábio Negrão (de barba) em manifestação estudantil e contra a visita do Coronel Figueiredo à Bauru, 1980.



FONTE: Pedro Romualdo, acervo pessoal.

Ainda sobre o movimento estudantil, o professor descreve um encontro estudantil em que compareceu, numa praia deserta no sul do estado de São Paulo e

o compara ao episódio de 1968, em que estudantes se reuniram para um congresso ilegal da UNE na cidade de Ibiúna, interior paulista, e a polícia os surpreendeu numa operação, efetuando diversas prisões. Dentre os presos em Ibiúna, Milton Dota, Jaime Petit e Beto Arantes, moradores de Bauru.

Nessa praia deserta, se caísse, caía o regional inteiro do Estado de São Paulo. Sindicalista, movimento estudantil, movimento político, todo mundo caía ali. Mas não era mais essa época, vai. [...] Os grupos paramilitares ainda existiam, mas não era mais aquela, aquela coisa mais pesada, que foi entre 68 e 78. Na época do Médici, do AI-5 e tudo mais. (NEGRÃO, 2019)

Nesses encontros, a resistência “discutia todas as diretrizes para conduzir uma luta política contra o governo” (NEGRÃO, 2019). E a principal ação era a de denúncia. O professor explica que a resistência não pretendia mais enfrentar as forças do Estado com armas “porque a luta armada já tinha ido para o saco lá atrás. [...] O PCdoB já tinha se ferrado no Araguaia. Toda a esquerda fez uma autocrítica do movimento de luta armada. [...] A ALN não dá para falar porque daí os caras foram todos destroçados” (NEGRÃO, 2019).

Fábio Negrão estudou na Fundação Educacional de Bauru, antiga Unesp, antes do encampamento. Na faculdade, os alunos participavam ativamente dos diretórios acadêmicos e Fábio foi presidente do Diretório Acadêmico Di Cavalcanti (DADiCa). Inclusive, o nome do diretório foi ele quem escolheu. “[...] tinha um outro nome, mas eu botei DADiCa. A gente mudou para DADiCa em homenagem a Di Cavalcanti. [...] pintor de mulatas, [...] mas também do antigo PCB. Ele e mais outros, todos daquela época, Niemeyer, Jorge Amado [...]” (NEGRÃO, 2019). O professor conta em depoimento que havia uma grande mobilização estudantil, porque a Fundação era uma instituição privada e os discentes reivindicavam o não aumento da mensalidade paga. Além disso, Negrão e outros alunos do Diretório Acadêmico promoviam atividades culturais e artísticas e chegaram a levar shows de bandas como Tarancon e Os Mutantes para a faculdade. O professor, que alguns anos depois viajou para a Itália com o grupo de teatro Mamolengo, conta que sua primeira apresentação foi na Fundação, onde a companhia teatral nasceu.

Portanto, havia uma parcela da população, principalmente entre estudantes e ferroviários, que buscava uma vanguarda artística e cultural. Em contraponto havia a parcela tipicamente conservadora nos costumes, mas liberal na economia, que tentavam mostrar o avanço e a importância da cidade à região e além. Mas esse tradicionalismo não tem impactos apenas em casos mais abrangentes, de lutas

coletivas. O convencionalismo e a hipocrisia social podem interferir em casos específicos, como será tratado adiante.

5. ESTUDO DO CASO MARA LÚCIA: O CARÁTER CONVENCIONAL E CONSERVADOR DE BAURU

Mara Lúcia Vieira é o nome de uma rua de Bauru, localizada na Vila Pelegrina. Mas, antes disso, esse nome também estampou jornais de todo o Brasil e pertenceu a uma pessoa. Mara Lúcia Vieira foi assassinada e estuprada. A filha de Leda Grossi Vieira e João Vieira, com nove anos à época, desapareceu quando brincava em frente à sua casa, na quadra 14 da Rua Engenheiro Saint Martin, no dia 11 de novembro de 1970. A última testemunha a vê-la com vida foi Décio Luiz Venturini, que tinha 13 anos na época. Ele estava subindo a rua quando a viu descendo, ao lado de um homem com idade estimada entre 30 e 35 anos, de bigode e bem-vestido. Ao passar por Décio, Mara Lúcia, que era sua colega, fez um sinal, indicando que o homem ao seu lado era louco.

Figura 15 - Mara Lúcia Vieira.



FONTE: Reprodução.

A menina estava sendo sequestrada por esse homem e, ao que tudo indica, ela o conhecia, pois andava tranquilamente com ele. No dia 12, a família de Mara Lúcia registrou o desaparecimento em um Boletim de Ocorrência. No dia 15 de novembro de 1970, o corpo foi encontrado em um banheiro, nos fundos de uma casa desocupada na quadra oito, número 61, da Rua José Ranieri. O local onde o cadáver de Mara Lúcia foi achado ficava há poucas quadras da casa dela. A perícia policial concluiu que a menina sofreu violência física, foi morta por estrangulamento e estuprada após o óbito.

Décio Venturini foi ouvido na delegacia, já que seria o único capaz de descrever o principal suspeito do assassinato. Com a ajuda de um desenhista, produziram, então, um retrato falado e o divulgaram na mídia. O homem retratado se assemelhava a Elivaldo Gonçalves Torres de Vasconcelos, o “Francês”, já conhecido da polícia por praticar crimes sexuais, acusado, inclusive, de pedofilia.

Figura 16 - Retrato falado do suspeito visto por Décio Venturini.



FONTE: Reprodução.

Em um reconhecimento, Décio apontou o Francês, dentre outros homens semelhantes à descrição, como o possível acompanhante de Mara Lúcia, quando a viu pela última vez no dia 11 de novembro de 1970. No entanto, o delegado do caso, Luiz Pegoraro, não considerou o reconhecimento de Décio o suficiente, já que o menino apontou o Francês dizendo que podia ser ele e não afirmando categoricamente. A polícia chegou a investigar outras pessoas a fundo, como um andarilho que cometia assassinatos a crianças por diversas cidades do interior, mas a teoria não se aplicava muito bem, pois a menina de certo conhecia o assassino. Não

foi qualquer pessoa. As investigações chegaram a muitos nomes com características físicas coincidentes, mas nenhum tão expressivo quanto o do Francês.

Mas, falando-se de Elivaldo, as convenções sociais de Bauru vêm à tona. Bauru não é a única cidade com esse tipo de fato, todavia, o conservadorismo, por vezes hipócrita, está presente na cidade. O Francês, nascido em Santa Cruz do Rio Pardo, tinha 28 anos na data do ocorrido. Era filho de Elydia Gonçalves e Osvaldo Torres de Vasconcelos, ex-cabo do Exército, funcionário público dos Correios e homem de influência junto às autoridades de Bauru, tendo ligações também com pessoas dos governos estadual e federal. Um típico “cidadão de bem”. Por trabalhar nos Correios, foi uma espécie de informante do governo de Getúlio Vargas e também durante a ditadura, “rastreando” trocas de correspondências e acompanhando atividades políticas e sociais de diversas pessoas. Tinha prestígio e autoridade na sociedade.

Elivaldo fora acusado várias vezes de cometer crimes sexuais, inclusive contra menores de idade, mas era considerado perturbado mental pelos bauruenses. As acusações formais já o configuram como criminoso, pedófilo, mas alguns casos nem chegaram a repercutir, pois foram encobertos por Osvaldo. Com o possível envolvimento do filho no “Caso Mara Lúcia”, ele pediu sua aposentadoria nos Correios em 1970 e mudou-se para Rio Claro com a família.

O Francês, apontado por Décio como o possível sequestrador de Mara Lúcia, apresentou álibis ao delegado Luiz Pegoraro, que se deu por satisfeito, devido ao relato minucioso de Elivaldo quanto às atividades que disse ter feito no dia do desaparecimento da menina. O depoimento do Francês é rico em detalhes e indica que por volta das 16 horas do dia 11 de novembro de 1970, Elivaldo não estava nas redondezas do desaparecimento, tendo passado por uma funilaria, um comércio de laticínios e, então, encontrado um amigo chamado Félix.

Elivaldo conhecia a família Vieira, uma vez que foram vizinhos durante algum tempo, mas dizia não ter contato com Mara Lúcia. Indicava apenas que sua mãe era amiga de Leda, mãe da vítima, e sua irmã brincava com Lúcia, como era chamada, e com Maria Angélica, a irmã mais velha da menina. A família Vieira mudou-se da vizinhança em 1965, mas a mãe de Leda ainda morava próxima ao Francês e, durante as visitas que faziam à avó, Mara Lúcia e Maria Angélica também iam à casa de Elivaldo para brincar com a irmã dele. O Francês declarou que não se aproximava das

meninas e elas também, aconselhadas por Leda, não se aproximavam dele, já que sua fama era preocupante.

João Vieira viajava muito a trabalho, pois era representante comercial, e havia amplo conhecimento na sociedade à época de que Leda mantinha relações extraconjugais com um homem chamado Paulo Marques. Dessa relação, teria nascido Mara Lúcia. Na data do ocorrido, João estava em viagem desde o dia anterior e voltara a Bauru somente no dia 12, quando soube do desaparecimento de Mara Lúcia. No depoimento de Elivaldo à polícia (PRADO, 2019), ele aponta a suposta traição de Leda e um envolvimento de João com estelionato.

João Vieira manteria-se em dificuldades financeiras, envolvido em crime de estelionato, a necessitar de urgente socorro em dinheiro, que sua mulher Leda soube onde e como conseguir, junto a Paulo Marques, seu amásio. Verdade ou mentiras, os comentários foram reais. (Disponível em: <satopradolivro.blogspot.com>. Acesso em: 22 out. 2019)

Em depoimento, no dia 11 de janeiro de 1971, Félix disse que conhecia o Francês e tinha trabalhado com ele há alguns meses do ocorrido, mas disse também que a mãe do acusado o procurou no dia 18 de dezembro de 1970, mesmo dia do depoimento oficial de Elivaldo, mesmo que já fora ouvido pela polícia antes, ainda em novembro, para pedir-lhe que confirmasse estar com o acusado no dia 11 de novembro, por volta das 16 horas. Mas Félix teria desconsiderado o pedido, por não compactuar com a proposta da mãe do Francês.

Já o funileiro, que teria conversado com o Francês em horário próximo ao do crime, depôs à polícia apenas no dia 21 de dezembro de 1971, mesmo tendo sido ouvido antes pelo delegado Pegoraro fora da delegacia. O funileiro confirma a versão de Elivaldo e diz que o rapaz esteve em sua oficina por cerca de 30 minutos, até aproximadamente 15 horas e 55 minutos, no dia do crime. Mas houve uma contradição quando disse que não se lembra de ter informado as horas ao Francês, pois havia um relógio de parede na oficina. No relato verbal dado a Pegoraro anteriormente, o funileiro disse ter certeza de que esteve com o suspeito até as 15 horas e 55 minutos, pois o moço havia lhe perguntado as horas antes de partir.

Na época, um conhecido repórter investigativo de São Paulo, chamado Saulo Gomes, esteve em Bauru para investigar paralelamente o “Caso Mara Lúcia”. Após algum tempo, Saulo deu uma entrevista à antiga Bauru Rádio Clube apontando Elivaldo como autor do crime, pois tinha uma declaração de uma testemunha ocular. Isso rapidamente tomou conta dos jornais e causou um enorme frisson na sociedade.

A polícia solicitou que Saulo cedesse a fita onde havia a declaração da testemunha e depusesse na delegacia em Bauru, em dezembro de 1971, mas o repórter não apareceu no dia do depoimento. Foi localizado e intimado, mas disse que se baseou apenas em um relato de Décio para concluir que o sequestrador de Mara Lúcia era o Francês. Saulo nunca revelou quem seria sua fonte ocular, que confirmou Elivaldo como o autor do crime.

Mas, além de Elivaldo Torres de Vasconcelos, surgiu outro suspeito de envolvimento no crime. Nilton Paulo Vilela de Castro, filho de Paulo Castro Marques, já citado anteriormente como suposto amante de Leda Grossi Vieira, mãe de Mara Lúcia. Nilton era um jovem rico, possuía automóvel e era conhecido frequentador da noite bauruense. Mas era conhecido também da polícia e acusado de usar um imóvel desocupado que pertencia a seu pai, localizado na Rua Professor José Ranieri, quadra oito, número 61, para se drogar e fazer sexo com garotas, inclusive menores. Curiosamente, o imóvel de Paulo Marques foi o local onde Mara Lúcia fora encontrada morta. Então Nilton já sabia que aquela casa estava vaga e a conhecia, o que coloca o rapaz entre os suspeitos.

Figura 17 - Imóvel onde Mara Lúcia foi encontrada na Rua Professor José Ranieri.



FONTE: Reprodução.

Mas Nilton também tinha certos privilégios, era neto de Carlos Marques da Silva, prefeito de Bauru entre 1898 e 1900 e proprietário de uma gráfica e do extinto jornal *O Tempo*. E seu pai, Paulo Marques, era um empresário bem-sucedido, conservador e influente na cidade. Inclusive, dá nome a uma rua do município, localizada no Jardim Araruna. Paulo Marques foi um dos empresários que possivelmente financiavam ações de repressão à esquerda durante a ditadura (PRADO, 2019). Além disso, Nilton apresentou um álibi e não se encaixava na descrição do sequestrador visto pelo menino Décio.

No entanto, o álibi de Nilton apresentava contradições. Um funcionário da gráfica da família Marques disse a um policial que o rapaz havia trabalhado no local, no dia 11 de novembro de 1970, até as 17 horas e 30 minutos. Mas as senhoras do Rotary Clube de Bauru fizeram a imprensa publicar que Nilton esteve em Botucatu no dia 11, numa feira de artesanatos, acompanhando sua mãe. Ainda, o policial militar que questionara o funcionário da gráfica havia o feito pois disse ter parado o carro de Nilton no dia 11, na Avenida Duque de Caxias, por volta das 15 horas e meia, pois ele dirigia em alta velocidade. O funcionário da gráfica, então, preferiu não comentar mais sobre o caso e disse em depoimento não se lembrar do dia 11.

Em depoimento, Nilton disse que fora até a gráfica da família para buscar dinheiro por volta das 15 horas, no dia 11 de novembro de 1970. Depois disso, teria levado a mãe, Pautila, até Botucatu ficando por lá até cerca de 17 horas e 20 minutos. O rapaz apresentou ainda uma nota fiscal de abastecimento do Posto Chapadão da Marechal Rondon, onde teria comprado 10 cruzeiros de gasolina por volta das 18 horas e 20 minutos. Com tal explicação, Nilton convenceu os investigadores, já que o policial que o parou não aplicou multa, então, não havia comprovação material do dito. Além disso, as senhoras do Rotary confirmaram que Nilton esteve em Botucatu com Pautila.

Havia, porém, uma forte indicação de que Nilton tivesse envolvimento com a morte de Mara Lúcia motivado por vingança, já que corria pela sociedade a boataria de que Paulo Marques tinha uma amante, também casada, e dessa relação tivesse nascido uma menina, que seria Mara Lúcia. A casa onde a vítima foi encontrada era ocupada até alguns meses antes do crime pelo tio de Nilton, Edgard, que faleceu. O delegado José Cremonesi, que também investigava o caso, apontou que Edgard já havia tentado de alguma forma vitimar a suposta sobrinha.

A primeira notícia surgida envolvia o irmão de Paulo Marques, proprietário da casa onde foi encontrado o corpo da vítima. Averiguando, apuramos que o citado irmão de Paulo Marques, que sofreria das faculdades mentais, falecera quase um ano antes [...]. Da acusação do irmão, passou-se à acusação do epígrafado [Nilton Paulo], filho de Paulo Marques, fato comentado inclusive, por policiais da P.M. [...]. Telefonemas anônimos passaram a acusar o epígrafado [Nilton Paulo], sendo de se ressaltar que o mesmo embora sem antecedentes policiais formalizados, pois registra apenas um caso de acidente de veículo quando menor (17 anos), tinha fama de ser viciado em entorpecentes, 'conquistador' etc., daí, provavelmente, a suspeita, e a 'eleição gratuita' do povo. (Disponível em: <satopradolivro.blogspot.com>. Acesso em: 22 out. 2019)

O inquérito, aberto em 1970, no dia 12 de novembro, foi arquivado em agosto de 1974 pelo promotor Dr. Irahya Baptista de Abreu, sob alegação de que não havia uma evolução nas investigações.

O inquérito foi reaberto uma década depois e novos suspeitos surgiram, dentre eles, João Ugeda Medina, casado com uma tia da vítima e não se dava bem com João Vieira, e Milton Martinho Ribeiro, ex-motorista policial viciado em drogas que teria sido apontado como o assassino pelo próprio irmão a um investigador. Mas não concluíram nada e o crime acabou prescrevendo em 1991.

Segundo Celso Prado e Junko Sato Prado, autores do livro *Mara Lúcia Vieira, um crime sem prescrição*, a polícia errou por não ter investigado uma possível ligação entre Elivaldo e Nilton, já que os indícios apontam que Elivaldo teria sequestrado a menina, pois Nilton sabia da existência de Mara, mas não tinha familiaridade com ela e o Francês já a conhecia. Mas Nilton a teria matado, motivado por vingança familiar, já que Pautila, ele e os irmãos não aceitavam o fato de Paulo Marques ter uma filha de uma relação extraconjugal.

Mara Lúcia Vieira hoje é tida como santa. Pessoas que pedem milagres a ela retribuem as graças alcançadas colocando plaquinhas de agradecimento no túmulo da menina, no Cemitério da Saudade. Em novembro, as visitas ao túmulo aumentam, já que nesse mês é celebrado o dia de Finados e também o aniversário da morte de Mara Lúcia. Transformá-la em santa pode ser apenas uma crença de religiosos, mas também pode evidenciar o caráter conservador da cidade.

Em 11 de novembro de 2020, a morte de Mara Lúcia completará 50 anos sem um culpado do crime. O assassinato aconteceu em uma época de fortes convenções sociais, o que faz pensar se não houve algum tipo de influência do tradicionalismo sobre as investigações. O que ficou foi: ao criminoso, liberdade, e à vítima, santidade.

6 CONCLUSÃO

Esta monografia fora iniciada com a pretensão de identificar como se deu a repressão em Bauru na ditadura militar iniciada em 1964 no Brasil. Após ter feito esse estudo, algumas considerações são emanadas deste trabalho. A cidade de Bauru caçava e “criava” comunistas enquanto uma menina era brutalmente assassinada sem que se identificasse a autoria desse crime horrendo. O “Caso Mara Lúcia” exemplifica que Bauru ainda é uma cidade muito conservadora e foi abordado nesta monografia a fim de questionar esse conservadorismo junto à ação militar e paramilitar durante a ditadura. Provavelmente o assassino teria sido achado, não fosse uma investigação policial que parecia dar volta em torno de si. Os principais culpados: homens ricos e importantes. O resultado: uma menina inocente morta e estuprada, e posteriormente santificada. Torná-la santa é acreditar que ela está ao lado de Deus agora, depois de ter vivido o inferno na Terra. Não tenho a intenção de cometer blasfêmia e nem ofender nenhuma crença, mas não há como não pensar em uma hipocrisia que se convence facilmente e tenta achar uma saída viável. Esse inferno, que ocorreu em um episódio obscuro da nossa história, pode ser vivido todos os dias por muitas pessoas que não têm poder para que o culpado por um crime seja encontrado e punido.

Acredito ter mostrado que a estruturação “oficial” da cidade de Bauru caminhou bem alinhada à movimentação desenvolvida no país como um todo. Desde o desbravamento da terra com a extinção das populações originárias, passando pelo getulismo, o desenvolvimentismo dos anos 1950 e 1960, a cidade caminhou seguindo os passos determinados pelo governo federal. Mais recentemente, nos anos da ditadura observa-se a mesma trajetória. É possível sim identificar uma certa divergência entre a elite com a projeção de candidatos alinhados às forças conservadoras do país. Nicola Avallone Jr., por exemplo, se identificava e governava próximo ao populismo getuliano, mas não encontrou entrave para se afiliar à ARENA para se manter no poder. Alcides Franciscato, por sua vez, era o político que não aprovava o populismo e buscava alianças com as diversas esferas do poder público, a fim de, junto com o empresariado, modernizar mais a cidade de Bauru.

Pode-se perceber que o desenvolvimentismo, de fato, foi algo pertencente à identidade do município, graças às ferrovias, que traziam o progresso. Bauru foi um importante polo da logística estadual e nacional e isso refletiu na infraestrutura da cidade. Mas, ao mesmo tempo havia uma população de vanguarda, como grande

parte dos próprios ferroviários, estudantes e outros intelectuais e revolucionários que evidenciam a existência de um descontentamento e crítica ao poder regional e nacional que passou a ser alvo de uma forte repressão por parte da elite local. Aliás, algo semelhante acontecia no âmbito nacional.

Na cidade de Bauru a Frente Anticomunista agiu fortemente reprimindo de maneira violenta aos opositores do regime ditatorial. Comunistas eram criados do dia para a noite e na verdade o que comprovamos é que, a rigor, todos os bauruenses estavam sujeitos a ação desse grupo, bastava uma denúncia para ser tachado como comunista ou subversivo. Muitas pessoas foram perseguidas sem motivo aparente pela FAC e outros indivíduos ou grupos paramilitares, que buscavam o controle social através de prisões. Existiam comunistas em Bauru, mas o número não fazia o volume necessário para que a cidade mostrasse a quantia de subversivos que tirara das ruas, daí nasciam as perseguições sem critério, encarcerando até pessoas sem quaisquer ligações políticas.

A repressão por aqui não é considerada como devia, afinal, há a justificativa de que a ditadura, em Bauru, não matou ninguém. No entanto, vidas foram prejudicadas por ações arbitrárias que fizeram com que famílias passassem muitas dificuldades financeiras, filhos crescessem com os pais na cadeia e os verdadeiros antagonistas fossem glorificados.

Embora houvesse, em contrapartida, movimentos estudantis e sociais de resistência e progressismo social, estes certamente figuravam uma minoria que perdeu a voz nos anos de chumbo e precisou muitas vezes viver em clandestinidade. O que se observa é que houve uma grande tensão social entre polos opostos na cidade e se não há registro de vítimas mortas pela ditadura em Bauru, talvez isso se deva a essa resistência que fora enfraquecida pelo regime, mas sempre existiu.

O Brasil precisa mesmo lembrar da ditadura, não com nostalgia, mas sim com consciência do que isso significa para um país e para uma população. O trabalho, assim, lembra que, mesmo com o fim da ditadura, ela deve ser lembrada para não esquecermos que a democracia que temos, embora viva momentos difíceis, é melhor do que qualquer forma de autoritarismo. Lembrar e nomear as pessoas que lutaram e resistiram serve de estímulo e programa de ação para quem acredita na democracia e nos seus valores.

REFERÊNCIAS

Assembleia Legislativa. São Paulo. **Deputado Nicola Avallone Junior**. 2010. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=316423>>. Acesso em: 22 set. 2019.

BARBOSA, Zarcillo Rodrigues. Entrevista concedida à autora. Bauru, 2019.

BASTOS, Irineu Azevedo. **Política entre tapas e beijos**. 2008. Jornal da Cidade Bauru. Disponível em: <<https://www.jcnet.com.br/opiniaio/articulistass/2008/09/632275-politica-entre-tapas-e-beijos.html>>. Acesso em: 23 out. 2019.

BELTRAMIN, Luiz. **Livro revisita "caso Mara Lúcia"**: Obra reúne memórias profissionais de policial aposentado que sugere solução para o crime que chocou o País. 2013. Jornal da Cidade Bauru. Disponível em: <<https://www.jcnet.com.br/noticias/geral/2013/05/377869-livro-revisita--caso-mara-lucia.html>>. Acesso em: 22 out. 2019.

Câmara dos Deputados. **Alcides Franciscato**: Biografia. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/131837/biografia>>. Acesso em: 22 set. 2019.

CAPUTO, Lauro. **O que é isso Colega?** 2012. Museu da Pessoa. Disponível em: <<https://www.museudapessoa.net/pt/conteudo/historia/o-que-e-isso-colega--48006>>. Acesso em: 21 out. 2019.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

EDU AVALLONE (Bauru). **Região de Bauru conta com Edu Avallone como Coordenador da Comissão Participativa do PRB SP**. 2019. Disponível em: <<https://www.eduavallone.com.br/single-post/2019/03/25/Regi%C3%A3o-de-Bauru-counta-com-Edu-Avallone-como-Coordenador-da-Comiss%C3%A3o-Participativa-do-PRB-SP>>. Acesso em: 12 out. 2019.

FEZA, João Pedro. **Os 120 anos de Rodrigues de Abreu**: Poeta nascido em Capivari e adotado por Bauru deixou nome marcado na arte paulista e em locais bem conhecidos da "cidade dos espantos". 2017. Jornal da Cidade Bauru. Disponível em: <<https://www.jcnet.com.br/noticias/cultura/2017/09/508834-os-120-anos-de-rodrigues-de-abreu.html>>. Acesso em: 20 out. 2019.

FRICELLI, Adriana. **Obra completa de Rodrigues de Abreu é resgatada pela Cultura, ABL e Grupo Prata**. 2007. Jornal da Cidade Bauru. Disponível em: <<https://www.jcnet.com.br/noticias/cultura/2007/08/654843-obra-completa-de>>

rodrigues-de-abreu-e-resgatada-pela-cultura--abl-e-grupo-prata.html>. Acesso em: 20 out. 2019.

Fundação Nacional do Índio. **Terras Indígenas**. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesso em: 22 set. 2019.

G1. **Assassinato que chocou Bauru segue sem solução após 4 décadas**: Mara Lúcia foi estuprada e morta quando tinha 9 anos. Imagem da menina virou inspiração de fé para moradores. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2016/11/assassinato-que-chocou-bauru-segue-sem-solucao-apos-4-decadas.html>>. Acesso em: 22 out. 2019.

GIANSANTE, Helena Gasparini et al. **Alerta Vermelho**: história da F.A.C. em Bauru. Universidade de Sagrado Coração, Bauru, 1997.

LOSNAK, Célio José. Entrevista concedida à autora. Bauru, 2019.

LOSNAK, Célio José. **Polifonia Urbana**: imagens e representações. Bauru: Edusc, 2004.

NEGRÃO, Fábio. Entrevista concedida à autora. Bauru, 2019.

PEDROSO JR., Antonio. Entrevista concedida à autora. Bauru, 2019.

PEDROSO JR., Antonio. **Márcio, o Guerrilheiro**. Bauru: Papel Virtual, 2003.

PEDROSO JR., Antonio. **Nossa Memória Ninguém Apaga**. 2009 e 2014. Disponível em: <<http://nossamemorianinguemapaga.blogspot.com/>>. Acesso em: 22 set. 2019.

PEDROSO JR., Antonio. **Subsídios Para a História da Repressão em Bauru**. Bauru, 1979.

PEREIRA, Vinícius. **O professor francês perseguido em SP por querer educar trabalhadores**. 2019. BBC. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-49107167>>. Acesso em: 08 out. 2019.

PRADO, Celso e Junko Sato. **Mara Lúcia Vieira, um crime sem prescrição**. 2019. Disponível em: <satopradolivro.blogspot.com>. Acesso em: 22 out. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU. **Primeiros Tempos da Nossa Bauru**. Disponível em: <http://www2.bauru.sp.gov.br/arquivos/arquivos_site/publicacoes/Primeiros%20Tempos%20da%20Nossa%20Bauru.pdf>. Acesso em: 22 set. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU. **Relação de Prefeitos**. Disponível em: <http://www2.bauru.sp.gov.br/arquivos/arquivos_site/publicacoes/Prefeitos%20de%20Bauru.pdf>. Acesso em: 22 set. 2019.

RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

RIBEIRO, Camila N. Moura. **Escola no Asfalto**: a história do movimento estudantil de Bauru na década de 60. 2005, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2005.

SOARES, Orlando. **Partidos Políticos**. Revista de informação legislativa, v. 26, n. 103, p. 163-190, jul./set. 1989. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/181954>>. Acesso em: 10 out. 2019.

SEM LIMITES. Bauru: Associação Sem Limites, ago. 2017. Mensal.

SEM LIMITES. Bauru: Associação Sem Limites, jul. 2017. Mensal.

SOUZA, Marcelo de; REDAÇÃO. **Diversidade marca vida industrial de Bauru**: Distribuída em vários setores da cidade, indústrias produzem de alimentos, baterias e móveis a roupas, calçados e equipamentos médicos. 2007. Jornal da Cidade Bauru. Disponível em: <<https://www.jcnet.com.br/noticias/bairros/2007/09/659253-diversidade-marca-vida-industrial-de-bauru.html>>. Acesso em: 09 out. 2019.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. **História da UNE**. Disponível em: <<https://une.org.br/2011/09/historia-da-une/>>. Acesso em: 22 out. 2019.

WESTIN, Ricardo. **Há 40 anos, Lei da Anistia preparou caminho para fim da ditadura**. 2019. Senado Federal. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-40-anos-lei-de-anistia-preparou-caminho-para-fim-da-ditadura>>. Acesso em: 22 out. 2019.

ANEXO 1 - "Credo brasileiro"

VAMOS À OFENSIVA!

Não devemos ficar apenas alertados pelo trabalho dos agitadores profissionais empenhados em cubanizar o Brasil com o dinheiro dos contribuintes brasileiros e russos.

VAMOS À OFENSIVA IDEOLÓGICA E AO TRABALHO CONSTRUTIVO.

Este Credo Brasileiro define nossa posição e traça os rumos de uma ação planejada e organizada para a redenção do povo brasileiro.

CREDO BRASILEIRO

1. Creio em Vós, Senhor!
Creio que criastes o Universo, as estrelas, a nossa Terra, a humanidade e a nossa Patria, num designio divino que ultrapassa nosso limitado entendimento humano.
2. Creio que Vós desejastes a nossa felicidade, que nos destes a possibilidade de alcançá-la na Liberdade e na Responsabilidade da escolha entre o caminho da Verdade, da Justiça, da Caridade que nos revelastes, e o caminho do Mal.
3. Mas, Senhor, tanta mentira, tanta injustiça, tanto odio nos separa, que muitas vezes quando Vos procuro, me perco, e quando Vós estais perto de mim, Vos esqueço. Mas não desanimais, Senhor, não cansais de ajudar-nos nesta hora grave quando falsos líderes levam-nos a tanta confusão e desespero.
4. Ajudaí-nos a criar esta obra difícil que é a autentica comunidade nacional composta de uma multitude de comunidades diversas: a da familia, do trabalho, das escolas e universidades, das forças armadas, das empresas, do serviço publico, das cidades, dos campos e dos Estados. Dai-nos a força de vencer os preconceitos e as vaidades para que nessas comunidades encontremos a verdade comum composta de todas as verdades pessoais.
5. Fomos tão trabalhados pelos fomentadores do odio e da inveja, criaram em nossas mentes tantos fantasmas, que perdemos o caminho do nosso crescimento o senso da comunidade e o proprio bom senso, opostos à mentira coletivista, materialista e unitaria.
6. E agora, só a Revolução poderá salvar-nos: a Revolução da Coragem e da Honestidade, com o objetivo definido de nos entendermos para construir um Mundo Melhor.
7. Na nossa ansia desesperada, repetimos como um exorcismo que devemos defender a Democracia e a Liberdade. Mas que Democracia? Que Liberdade? A das apparencias, dos desajustes, dos egoísmos?
8. Os conservadores nos apresentam a Democracia como um tesouro que deve ser defendido dos ladrões. Mas a Democracia é apenas um modo de viver, de acatir a diversidade, de permitir a Liberdade dentro da Ordem e da Lei, igual para todos. Democracia é o modo de caminhar para o desenvolvimento social. Não é parade final, nem estação de veraneio. Democracia é o modo de lutar pelo Bem Comum, de combater a mentira totalitaria pela verdade do dialogo franco e pelo respeito mutuo.
9. Cremos que a Democracia nunca é estado de hoje, mas de porvir. Não aconteceu, está sempre para ser renovada, diferente, melhor e é, portanto, regime para os jovens, para os fortes, para os corajosos, lutadores capazes de COMPETIR. Lutadores sempre prontos a REFORMAR, ambicionando mais fé, mais verdade, mais justiça, mais ciencia, mais tecnica, mais cultura, mais esporte, mais riquezas para todos.
Democracia não é dos conformados. Ela é dos líderes jovens de espirito, jovens de coração.
10. O Totalitarismo, nacional-socialista ou nacional-comunista, é, ao contrario, o paralismo da burocracia inepta, inefficiente, mal criada porque prepotente, policial porque contraria à natureza humana.
11. Entretanto, Senhor, em nossa terra esta mentira se propaga com a conivencia de muitos e com a cobertura até de alguns de Vossos Sacerdotes. Propalada por aqueles que se vêem como futuros comissarios, mandantes e satrapas — mas nunca como elementos das "massas", como nos chamam a nós, gente do povo.

Mas esses pregadores, se instalados no poder, conformar-se-ão com a "linha do partido", com os expurgos, as prisões, com as mentiras e, em geral, com toda a estupidez burocratica. Conformar-se-ão com a mascara triste da esterilidade artistica e literaria criada pela censura politica. Conformar-se-ão, também, com o assassinato. Assassinato fisico, lavagem de cerebro e assassinato moral. Assassinato da Igreja do Silencio, silencio dos carcereiros umidos e sufocantes, celas gritantes das torturas, celas silenciosas do desespero.
12. Senhor, protegeí-nos desse mal! Protegeí nossa juventude das mentiras sutis dos que já estenderam as mãos aos carrascos e abusam de Vosso Nome. Livrai-nos do odio desses doutores impotentes, cuja raiva destrói a felicidade dos jovens, lhes apaga o riso e as lagrimas autenticas para impor-lhes a mascara sem vida, cinzenta dos obcecados.
13. Senhor, não queremos odiar! Queremos construir um Mundo Melhor e compreender Vossa criação maravilhosa e espantosa.
Maravilha do Amor. Maravilha da Natureza, da vida, da molecula primitiva, da celula original, das estrelas e do vento, dos campos e das florestas, do mar e das montanhas.
Espanto do Odio. Espanto da fome, da ignorancia, da miseria. Espanto do Mal tolerado por Vós, Deus Misericordioso e Onipotente.
14. Queremos construir um Mundo Melhor, mundo

onde prevaleça o orgulho de sermos homens e mulheres livres, o calor das amizades e da confiança; a acatitação consciente dos desníveis e diversidades movediças, do avanço conquistado pelo trabalho conjunto, do planejamento livremente aceito com a fé em nossa gente e em nossas forças.

15. Queremos edificar um mundo livre. Mundo das competições, das discussões acaloradas, das campanhas eleitorais e dos desafios constantes. Mundo da Lei e da Constituição, com os três poderes definidos e independentes. Com os Estados e municípios administrados de acordo com suas características próprias. Mundo de múltiplas Reformas, descentralizadas e regionais, nas quais a energia de cada um e de cada grupo se concentra em tarefas definidas no seu objetivo, no tempo, no espaço e nos meios. Onde o progresso geral é feito de muitos progressos reais, alcançados na verdade e em escala humana. Onde cada reforma é uma REVOLUÇÃO, não no sentido sangrento e despotico imposto pela violência dos agitadores, mas no sentido da mudança radical da inércia para a ação, da imposição de soluções práticas pela vontade da maioria, mesmo se elas ferem os interesses imediatistas das minorias reacionárias. Mundo no qual existe uma convergência destas reformas, espiritual e materialmente libertadoras.

Reformas agrárias das mil terras e culturas diferentes. Reformas urbanas das mil cidades, vilas e favelas diversas. Reforma administrativa das mil administrações ineficientes. Reformas dos mil tipos de empresas diferentes criadas pela iniciativa, risco e coragem de gente audaciosa. Mas, antes de tudo, REFORMA DO CIVISMO e REFORMA DA ATITUDE CRISTÃ.
16. Senhor, Vós criastes os homens para viver em sociedade e nós fizemos desta sociedade um conglomerado de apetites individuais. Falta-nos o senso cívico da responsabilidade comunitária. Queremos salvar-nos, salvando nossas posses, acumulando nossos bens. Não educamos os jovens para se sentirem responsáveis por todos os brasileiros, os de hoje e os de amanhã.
17. Recebemos de Vós o dom da Fé, a chama da esperança e a definição do Bem e do Mal. Mas de tanta agitação, de tantas lutas, de tanto sensacionalismo, perdemos a capacidade de ouvir Vossa Voz em nossa consciência. Aos domingos participamos formalmente nas missas e preces e não vivemos a Fé. Mas os jovens estão fartos desta farisaelismo e procuram autenticidade cristã nas violências retóricas dos maus pastores. Senhor, dai-nos a força de ver que Vossa Igreja somos nós mesmos, que Vossa Vontade é que lutamos para criar um estado de verdade entre filhos e pais, um estado de diálogo entre nós e Vós. Dai-nos a impaciência da mudança, esta impaciência magnífica da juventude que, em vez de odiar, poderia amar; que, em vez de seguir "slogans", poderia estudar; e com as mãos limpas, o coração aberto e o espírito audacioso poderia encontrar a verdade no confronto das verdades.
18. Dai-nos, Senhor, a coragem de denunciar as mentiras e as injustiças onde elas estão, sem lançar classe contra classe, região contra região. Dai-nos a coragem de ser autênticos, arcando com as nossas responsabilidades sociais, quer sejamos operários, estudantes, militares, professores ou empresários. Não queremos ser todos funcionários de um Estado prepotente, dirigido por uma camarilha política. Queremos, sim, entrar na luta pelo entendimento mútuo, começando por nosso próprio meio de vida e de trabalho. Queremos unir nossas forças para a nossa Revolução Brasileira, da qual sairá uma nova ordem social e econômica, própria da nossa terra e da nossa gente.
19. Ordem dominada pelo conceito cristão da hierarquia evolutiva, de nivelamento por alto, do chamamento dos menos favorecidos à participação na cultura e nas riquezas nacionais mediante a instrução acompanhada de educação moral, cívica e tecnológica. Ordem onde predomine a busca da melhor forma de produtividade pessoal e comunitária. Portanto, ordem autenticamente reformista no sentido de criar meios técnicos e administrativos para produzir bens de toda espécie com distribuição rápida pelo livre comércio competitivo, apenas orientado pelos planejamentos nacionais e estaduais dos órgãos legislativos e controlado pela fiscalização do executivo. Repudiando o capitalismo liberal ultrapassado, esta nova ordem social e econômica se baseia, não na empresa feudal, mas na empresa comunitária e social, e na moderna economia planificada, embora não estatizante.
20. Ordem na qual a propriedade privada e a propriedade dos meios de produção sejam asseguradas por Lei, que deve estimular a produtividade e tornar a carencia de rendimento e o inaproveitamento das riquezas objeto de medidas compulsórias de ativação, ou então de desistência em prol de outras comunidades privadas melhor aparelhadas para sua administração.
21. Ordem na qual se estimule o cooperativismo de crédito, de consumo e de produção, principalmente no setor rural, baseado em quadros formados em escolas e universidades cooperativistas.

22. Ordem social cujo processo economico repouse na legislação tributaria progressiva com sanções inflexíveis contra a sonegação.
23. Finalmente, ordem socio-economica, na qual a iniciativa privada seja estimulada pelo credito e pela descentralização, ao mesmo tempo em que o Estado procure limitar ao maximo suas proprias ambições empresariais e suas despesas com funcionalismo improdutivo.
24. Desta ordem social e economica nasce a justiça social pela ativação do potencial do povo, principalmente pela participação consciente dos trabalhadores em empresas democratizadas. Mediante, de um lado, a popularização das ações e, do outro lado, a representação eletiva dos empregados nos Conselhos das Empresas, que lhes asseguram a participação na comunidade empresarial. Estes Conselhos não eliminam nem prejudicam a autoridade da Diretoria Executiva, mas trazem ao Conselho Administrativo a colaboração dos empregadores e empregados no sentido de melhor coordenação e compreensão das condições economicas de produtividade e de trabalho.
25. A justiça social, Senhor, que Vós nos ensinastes nos Evangelhos, está-se tornando um "slogan" sem sentido, porque foi incorporado às mentiras totalitarias.
26. Creamos que a justiça social se cria pelo respeito à pessoa humana, às suas aspirações e necessidades, que são tanto espirituais quanto materiais. Somente a Revolução democratica da Liberdade na legalidade pode garantir este respeito, porque ela reconhece, acima das leis humanas, Vossa Lei de respeito à vida e de caridade divina.

Cada vida humana tem valor absoluto e não é apenas parcela infima de uma "massa coletivizada". Cada vida é um todo, infinitamente precioso, e será protegida pela justiça social, à medida que a consciencia comunitaria penetra em todos os grupos sociais.
27. Creamos que a justiça social deve basear-se num conjunto complexo de normas legais que garantam a remuneração justa de serviços prestados pelo trabalho e pelo capital, o atendimento às necessidades basicas da família, o serviço social e assistencial eficiente para amparar os fracos e o incentivo ao desenvolvimento e iniciativa dos fortes de todas as camadas sociais.
28. Acreditamos que a justiça social é, antes de tudo, a liquidação do reacionario conceito marxista, da dominação de uma classe por outra.
29. Creamos que a justiça social é também o aproveitamento da tecnologia moderna, de comunicações, de ensino, de meios de produção e distribuição, postos a serviço dos trabalhadores e da juventude, que representam não somente a maioria esmagadora da nação, mas também seu principal potencial de produtividade.
30. Criar anualmente o necessario milhão de novos empregos remunerados e proporcionar milhões de oportunidades escolares não é tarefa para demagogos, mas para construtores capazes de produzir riquezas materiais e culturais, progresso científico e tecnologico. Numa sociedade democratica, isso se consegue através da libertação do sindicalismo e das associações de classe da politicagem que os esteriliza. Somente a consciente e autonoma sindicalização dos trabalhadores proporciona meios de dialogo realista, de luta para o progresso, de entendimentos objetivos entre as comunidades produtivas.
31. Creamos que a desconfiança e o medo propagandamente propagados entre nós criam pobreza. Creamos que somente a educação social da classe patronal e a educação empresarial dos trabalhadores do campo e das cidades criam condições de produtividade e de prosperidade para todos, isto é, os meios para a verdadeira justiça social.
32. Devemos caminhar rapidamente para a consciencia desta justiça social; o povo todo já se levanta para sua redenção, numa vontade firme de liquidar a inercia e o comodismo.
33. Frente a este ressurgimento da consciencia nacional, os governantes e os poderosos, os intelectuais e os legisladores não poderão hesitar mais para unir-se a todos aqueles que rejeitam a solução totalitaria e se voltam para o trabalho das reformas verdadeiras, nem burocraticas, nem demagogicas.
34. A chama da Fé se espalha pela nossa gente, pela nossa Patria, e todas estas forças dispersas estão-se unindo agora, sob o signo da Vossa Cruz e da Vossa Redenção.
35. Temos tamanha força jovem, tamanha energia, que as dificuldades de hoje serão por nós superadas e esta terra que Vós nos destes, e este povo que Vós a ela chamastes, saberá edificar uma Nação orgulhosa de Vos pertencer.
36. Creio na capacidade realizadora do povo brasileiro. Creio no destino cristão da Terra de Santa Cruz.
Creio em Vós, Senhor!